



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE HISTÓRIA**

BRUNA BALDIN

**TAPIR: UMA REGIÃO CERCADA DE MISTÉRIOS E APRECIADA SOB
DISTINTOS ÂNGULOS PELA BIBLIOGRAFIA, PELOS JORNAIS E PELA
MEMÓRIA.**

ERECHIM

2017

BRUNA BALDIN

**TAPIR: UMA REGIÃO CERCADA DE MISTÉRIOS E APRECIADA SOB
DISTINTOS ÂNGULOS PELA BIBLIOGRAFIA, PELOS JORNAIS E PELA
MEMÓRIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira
Sul, como requisito parcial para diplomação no curso de
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2017

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho final de curso é parte integrante de toda caminhada realizada durante os desafios da vida acadêmica, e isso só foi possível mediante o apoio e o auxílio de pessoas importantes e especiais que estiveram comigo nos momentos de alegrias e também de dificuldades, fornecendo o incentivo necessário para que eu pudesse chegar até o final deste curso.

Agradeço a Deus, por este momento especial em minha vida.

Agradeço a minha família, em especial meus pais, Alberto e Eloide, pelo incentivo, carinho, compreensão, ensinamentos e por permanecerem sempre ao meu lado em todas as fases e dificuldades da vida acadêmica.

Ao meu querido namorado Mateus, que esteve sempre ao meu lado nos momentos difíceis, contribuindo para que toda essa trajetória acadêmica pudesse ser concluída com êxito.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus Erechim e seus professores, que proporcionaram momentos de aprendizagem, fornecendo-nos ferramentas importantes no exercício de formação profissional. Aos mestres, toda gratidão e carinho.

Agradeço de forma especial minha orientadora Prof.^a Isabel, pelo carinho, compreensão, dedicação, amizade, companheirismo, pelos ensinamentos importantes transmitidos durante o curso e na elaboração deste, e pela confiança depositada em mim durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas pelo apoio e carinho durante todo esse tempo, em especial minha colega Marceane C. S. Biscaro por todos os momentos compartilhados juntos, pela confiança e amizade.

Estendo também meu agradecimento especial aos que fizeram parte dessa pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento das entrevistas.

A equipe do Arquivo Histórico de Erechim sempre disposta à fornecer todo material necessário durante esse estudo.

Everyone wants happiness without any pain, but you can't have a rainbow without a little rain.

Never Give up on your dreams.

Unknown.

If you can dream it, you can do it.

Walt Disney

RESUMO

Compreender e discorrer sobre a história de determinada região é, sobretudo estudar e preservar a memória de cada indivíduo, entrelaçado com o estudo da cultura, da identidade, e da dimensão de determinado lugar. Assim, a fonte oral acrescenta ao historiador dimensões vivas, novas perspectivas para os valores da historiografia. Ao contemplar um estudo que parte de aspectos baseados na Micro História, com a utilização da história oral, esta pesquisa tem como objetivo central entender a Revolução Armada na Região do Tapir, situado no Município de Barão de Cotegipe. A figura do ex-chefe maragato Gaudêncio dos Santos foi um marco exponencial na Revolta, e na construção do Imaginário do Social. É de suma importância verificar o contexto em que se desenvolveu o movimento do Tapir, juntamente com a discussão desse fato que assinalou a identidade e o imaginário social dos sujeitos ali envolvidos, e não menos importante os fragmentos que hoje perpetuam na história da localidade. A realização da pesquisa segue parâmetros nas pesquisas bibliográficas, na obtenção de documentos, e com o auxílio de ferramentas da História Oral que nada mais é do que um marco essencial na pesquisa ligada a Micro História, a fim de contrapor, analisar e discutir as visões de um mesmo assunto, que repercutiu na Região aqui estudada.

Palavras-chave: Tapir. Revolução de 1923. Memória.

ABSTRACT

Understanding and discussing the history of a particular region is, above all, studying and preserving the memory of each person. Thus, it is also interlaced with the study of the culture, the identity, and the dimension of a determined place. Furthermore, the oral source adds living dimensions to the historian and new perspectives for the values of the historiography. This study starts from the aspects based on the Micro History which is the use of oral history. The main objective of this study is to assimilate the Armed Revolution in the Region of the Tapir, as which is located in Barão de Cotegipe. Nowadays, the figure of the former maragato Gaudêncio Dos Santos was an exponential landmark for the revolution, the Imaginary and the Social aspect. It is important to verify the whole context that developed from that period as well as the quarrel of the fact that it designated the imaginary and the social identity of the people who lived in this period and the fragments today perpetuate in the local history. The research follows the bibliographical research parameters, the document attainment, and the use of the Verbal History tools, as it is an essential landmark in a research based on the Micron History. In order to oppose, to analyze and to argue the visions of a single person, who had repercussions in the simple Region studied.

Keywords: Tapir. Revolution of 1923. Memory.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Cemitério do Combate do Tapir Patrimônio histórico (fonte: Armando Leszczinski 2000).....	13
Figura 2 - Topografia do terreno (fonte: Armando Leszczinski 2000).	13
Figura 3 - Única cruz de Ferro que ainda existia em 2000. As sepulturas deram lugar a lavoura (fonte: Pedro Giacomet 2004).	14
Figura 4 – Situação atual (fonte: Bruna Baldin 2016).....	14
Figura 5 – Situação atual (fonte: Bruna Baldin 2016).....	15
Figura 6 – Objeto encontrado no ano 2013.	27
Figura 7 - Localização de Erechim no Rio Grande do Sul – Fonte: Wikipédia.....	30
Figura 8 - Guarda Florestal Adão Welker (Fonte: Jandir Brunelo – Arquivo Pessoal).	32
Figura 9 - Localização de Barão de Cotegipe no Rio Grande do Sul – Fonte: Wikipédia.....	33
Figura 10 – Território Rural Município de Barão de Cotegipe.	34
Figura 11 – Objeto encontrado por moradores.....	53
Figura 12 – Localização Atual Conforme Coordenadas Geográficas.....	56
Figura 13 – Cemitério do Tapir.....	58
Figura 14 – Cemitério do Tapir tomado pela vegetação.	59
Figura 15 – Cemitério do Tapir (últimas recordações).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS

PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PRD	Partido Republicano Democrático
Gal	General
Cel	Coronel
C.A	Corpo Auxiliar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
1.2 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 PROBLEMÁTICA/ HIPÓTESE.....	16
1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	16
2. CONTEXTO HISTÓRICO NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE XX.	19
2.1 ELEIÇÕES DE 1922	24
2.1.1 O Suscitar da Rebelião em Nossa Região.....	25
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE ERECHIM.....	28
3. CONJUNTURA DA VILA FLORESTA À BARÃO DE COTEGIPE	31
3.1 CONJUNTURA DA REGIÃO DO TAPIR DE 1914 ATÉ 1924.....	33
4 ANÁLISE DOS ESTUDIOSOS, DOS JORNAIS, E DAS FONTES ORAIS SOBRE O MOVIMENTO ARMADO NA REGIÃO DO TAPIR.	37
4.1 RELATO DOS ESTUDIOSOS	37
4.2 RELATO DOS JORNAIS	43
4.3 AS FALAS DOS ENTREVISTADOS	48
4.4 CEMITÉRIO DO COMBATE.....	55
4.5 O IMAGINÁRIO SOCIAL DA POPULAÇÃO: LOCALIZAÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5.1 TRABALHOS FUTUROS	37
6 REFERÊNCIAS ORAIS	68
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1. INTRODUÇÃO

A década de 1920 configura-se em um período inquieto da história gaúcha, atrelada a um momento de crise econômica de disputas políticas que foram dificultando a situação do estado e do país, o que mais tarde acabaria resultando nas eleições para Presidência da República.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial a situação econômica do Brasil, e especificamente do Rio Grande do Sul, foi se agravando cada vez mais. A partir desse momento houve a diminuição da exportação do produto gaúcho, prejudicando em primeiro lugar os estancieiros que não tinham mais para quem ofertar seus produtos. Em decorrência de toda essa crise econômica, os grandes camponeses e pecuaristas da Campanha apontavam Borges de Medeiros como o principal responsável pelos prejuízos causados nos setores da economia.

Ao adentrar o ano de 1923, o Estado do Rio Grande do Sul vivenciava um período escuro e sombrio de sua História, que marca profundamente a memória de seu povo e que preservam em seus pensamentos as atrocidades cometidas. Os acontecimentos da República Velha no Rio Grande do Sul que compreende o período entre 1889 a 1930 abrange sem sombra de dúvidas um período marcado pela hostilidade. Sandra Jatahy Pesavento (1994) destaca em seu livro que o Estado esteve envolvido por muito tempo em guerras e conflitos durante a trajetória da história do Brasil. Sendo assim, o povoamento tardio do Rio Grande do Sul, pela sua condição de fronteira móvel, mantendo entre suas raízes a característica da produtividade, ou seja, a agropecuária para o mercado interno. Em função disso, compreende-se que a sociedade organizou-se por meio de líderes militares e políticos.

A revolução armada de 1923 tema deste estudo se desdobra em torno da minoria Maragata, com o objetivo de eliminar do poder Borges de Medeiros, bem como, o descontentamento com a continuidade do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), no comando do Estado do Rio Grande do Sul. A partir do enfrentamento partidário entre Assis Brasil e Borges de Medeiros, durante as eleições de 1922, tendo como elemento básico a disputa pelo governo do Estado, é que vai se iniciar a revolução, trazendo consigo um

ambiente de emboscadas, de batalha, de sangue, de tristeza, que deixaram profundas marcas na vida dos gaúchos.

Partindo desta conjuntura, e com o auxílio da fonte oral, é que se busca compreender o contexto da Revolução Armada na Região do Tapir, situado no município de Barão de Cotegipe, que no ano de 1923 ainda era conhecido como Povoado Floresta. Primeiramente, faz-se necessário a compreensão do contexto histórico que antecedeu a revolução de 1923, bem como, a ênfase nos principais aspectos que se desenrolaram nas eleições de 1922. Em segundo lugar, desenvolve-se a história da Região do Alto Uruguai, deslocando-se até Barão de Cotegipe, e em seguida para a localidade do Tapir, que ficou conhecida como reduto das tropas de Maragatos e Chimangos. Em um terceiro momento, faz-se um estudo da bibliografia apontada pelos estudiosos da época, os Jornais e a fonte oral, concebida através de entrevistas, compreendendo assim, as diferentes visões das três fontes estudadas, contrapondo com o imaginário social da população. Afinal, é importante um estudo sobre estes que deixaram marcas extremamente negativas na vida das pessoas, e conseqüentemente na construção de um imaginário de medo e sofrimento.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo deste estudo é buscar as causas do conflito vivenciado na região do Tapir, localizado atualmente no Município de Barão de Cotegipe, e a partir disso compreender o imaginário social constituído em torno do mesmo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Compreender o contexto do Rio Grande do Sul na década de 20;
- Contextualizar o atual município de Barão de Cotegipe;
- Caracterizar a região do Tapir, seus costumes, hábitos, localização, relevo e produção econômica;
- Investigar as distintas fontes que representam as diferentes faces do Tapir;
- Analisar o Imaginário Social presente na região do Tapir.

1.2 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Este trabalho está dividido em quatro capítulos.

O capítulo um centra-se na introdução. No capítulo dois é especificado o contexto geral do Rio Grande do Sul na década de XX, bem como os antecedentes da Revolução de 1923, ressaltando os principais pontos desse período da História Geral do Rio Grande do Sul.

O capítulo três aborda uma breve caracterização da Colonização de Erechim. Ainda no capítulo três, é descrito a conjuntura de Barão de Cotegipe, já que o tema central desse capítulo centra-se na pequena região do Tapir, que pertence na atualidade á este município. É desenvolvida a história da emancipação de Barão, especificando a passagem das tropas revolucionárias. Retrata-se, também a Região do Tapir, procurando mostrar o espaço antes da passagem das tropas de maragatos e chimangos, durante o confronto, e nos dias atuais.

No quarto capítulo desenvolvem-se as discussões já feitas por estudiosos sobre o Tapir, a versão dos jornais e das entrevistas sobre o Movimento Armado. Ainda no quarto capítulo, foi possível expor a partir dos relatos, e das fontes uma breve discussão sobre o Imaginário Social construído em torno do conflito do Tapir e da revolução de 1923.

1.3 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o movimento revolucionário que ocorreu no Rio Grande do Sul, em Janeiro de 1923, e as consequências desse movimento, particularmente, na região do Tapir, como afirma Castro (1928): “Ninguém sabe afinal, o que andou em tudo isso!”, é necessário adentrar de fato na região do Tapir/RS, que simplesmente ficou esquecida, ou até mesmo, como um fato sem relevância alguma na História, mas que se mantém viva na memória de um povo que sofreu e vivenciou períodos de medo e inquietação. É de grande importância compreender e analisar o que de fato aconteceu na região. Márcia Caron em seu artigo destaca que:

A Revolução de 23 foi um movimento político armado no Rio Grande do Sul que durou menos de um ano, no qual lutavam frente a frente borgistas (adeptos de Borges de Medeiros, no momento, a frente do poder do Estado) e assistas (adeptos de Assis Brasil, adversário e candidato a presidência do Estado). (CARON, 2012, p.163)

De imediato já se pode fazer uma interpretação nítida do que estava acontecendo em 1923, no entanto, a partir dessas análises, com o auxílio dos recortes de Jornais, e também das entrevistas, é necessário analisar o que de fato levou a Revolução até a pequena e montanhosa região do Tapir, e a partir disso, compreender nestas condições o que as pessoas daquela época estavam vivenciando, estando uma vez diante de uma revolução que trouxe profundas marcas, mas que ao mesmo tempo estava distante da realidade daquela localidade.

A partir de apontamentos feitos por Ducatti (1981), este movimento que aconteceu na Região do Tapir, era chefiado por Gaudêncio dos Santos, segundo o autor: “A origem deste movimento prende-se a fatos ocorridos durante o governo do Cel. Pedro Pinto de Souza, iniciando-se com o ataque a cadeia civil da vila, levado a efeito na madrugada de 4 para 5.11.1924”. (p. 131). O autor Ducatti, já citado, recorda ainda que:

Em 1926, pelo que sabemos, havia três grupos de bandoleiros operando no município de Erechim: um destes grupos, ao mando de Gaudêncio dos Santos, operava na região de São Valentim; outro chefiado por João Inácio, na zona de Lajeado Grande, e ainda um terceiro grupo sob as ordens de José Calegari, operava na região de Monte Alegre e Rio Carolina. (DUCATTI, 1981, p.138)

As regiões citadas acima, se localizam próximas uma das outras, o que de fato, tenha facilitado esse ir e vir dos bandoleiros, através das matas fechadas, que naturalmente, davam alicerce para mantê-los em constantes combates. Nestas interpretações, é importante considerar neste estudo, as condições econômicas, a estrutura familiar, as regras de conduta desta pequena localidade, o comportamento, e não menos o papel político do município que abrange a localidade do Tapir.

Em um primeiro momento, após o término destes combates, a memória ficou resguardada em um cemitério na própria região, conhecido como o “cemitério do combate”, ilustrado na (Fig. 1) que preservava algumas cruzeiras ainda no ano de 2000, registradas por um pesquisador de Barão de Cotegipe, em um estudo sobre a região (Fig. 2). Entretanto, a realidade de hoje nos mostra que o cemitério deu lugar a uma plantação, e que tudo o que um dia foi construído, e preservado, em um sentimento de respeito, de repente se transformou em lavoura, como mostra as (Fig(s). 3, 4 e 5). Ora, estando, pois, destruído este patrimônio histórico, no qual armazenava os monumentos de memória das pessoas que se envolveram nesse conflito, assim também nos deparamos com outra questão social, a do poder público, que de fato não se empenhou para que este local de referência e lembrança fosse preservado.



Figura 1 - Cemitério do Combate do Tapir Patrimônio histórico (fonte: Armando Leszczinski 2000).



Figura 2 - Topografia do terreno (fonte: Armando Leszczinski 2000).



Figura 3 - Única cruz de Ferro que ainda existia em 2000. As sepulturas deram lugar a lavoura (fonte: Pedro Giacomet 2004).



Figura 4 – Situação atual (fonte: Bruna Baldin 2016).



Figura 5 – Situação atual (fonte: Bruna Baldin 2016).

Assim como afirma Nora (1993): “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um lugar de absoluto e a história só conhece o seletivo”. (p.14).

1.4 PROBLEMÁTICA/ HIPÓTESE

Compreender e adentrar na história local de determinada região, é, sobretudo resgatar vestígios de um povo que vivenciou um período de grande aflição, e sem dúvida é promover um exercício de construção e valorização da história. O Conflito Armado na Região do Tapir, bem como o Imaginário Social construído em torno do conflito é o objeto de investigação. Assim, torna-se válido analisar todo o contexto que se dissemina na região do Tapir, tendo seu início no período compreendido pelos movimentos revolucionários de 1923 e que se estendeu aproximadamente até 1927, estudar as distintas visões das fontes que trazem consigo elementos essenciais para interpretar as diferentes faces do Tapir, juntamente com a figura de Gaudêncio dos Santos, e também discutir como esse fato marcou a identidade e o imaginário social de toda a população que presenciou esse confronto armado, e quais os resquícios que hoje fazem parte da pequena região constituída por pouquíssimos moradores, que contam o que foi vivenciado por seus familiares.

1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Para a realização deste estudo utilizou-se a metodologia da micro história e da história oral para melhor analisarmos e compreendermos o conflito do Tapir.

Para tanto, a fim de se obter êxito na pesquisa proposta, as autoras Samara e Tupy, afirmam que,

[...] a prática histórica tem sua origem em um projeto de pesquisa que fundamenta o trabalho a ser realizado. Pressupõe, de início, a elaboração de uma hipótese a ser investigada. Ou seja, demanda algum conhecimento prévio do contexto social, cultural e material a ser estudado, pois a qualidade do trabalho realizado – a pertinência das perguntas e a validade das respostas obtidas – remete à relevância da documentação estudada. (SAMARA; TUPY, 2010, p. 11).

Assim sendo, de início o pesquisador precisa estar consciente da produção bibliográfica que irá utilizar, e sobre o contexto em que tal abordagem está inserida. Outro ponto relevante a destacar é a oralidade, peça chave no projeto de estudo. Claramente, a oralidade traz consigo uma história política que se internalizou na população que sofreu diretamente com esses conflitos na região, até porque, segundo Amando (1998), “[...] eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais”. (p. 16).

Desta forma, a história oral concede ao pesquisador prosperar com conhecimento e análise, fazendo menção das informações importantes que são relevantes para determinado feito. A esse respeito Meihy e Holanda destacam (2011), “[...] Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. [...] absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral [...]”. (p. 13). Não menos, a História Oral também se concretiza como um recurso moderno, indispensável para o registro de estudo, por meio da leitura e de documentos, em outras palavras, como afirmam os autores elencados acima, “Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva”. (HOLANDA, MEIHY, 2011, p. 17).

A partir da análise da perspectiva da Oralidade, é possível identificar nesse projeto de estudo, uma ferramenta de auxílio indispensável, por meio das entrevistas que esclarecem o contexto da Revolução naquela comunidade. Considerando a qualidade dos depoimentos que fazem parte do resgate da memória de algo que foi se apagando com o tempo, e com as ações impensáveis do próprio ser humano, tendo em vista que, a oralidade neste contexto insere-se como uma fonte para interpretar o objeto de estudo e reflexão na análise desta proposta de trabalho, transformando-se mais tarde em produção de conhecimento científico.

Desta maneira, o passo para concluir com êxito esse processo metodológico é feito de forma cautelosa e objetiva. Primeiramente, o pesquisador deve colher um bom material, logo após, organizar e por último, sintetizar as fontes, para então compreender a sociedade estudada. Assim, as autoras Samara e Tupy ressaltam (2010), “[...] em função do método de trabalho adotado por cada pesquisador a realização de análise de temas, sustentados por teorias políticas, econômicas, sociais, e culturais que procuram dar nexos aos processos históricos”. (p. 115)

Em suma, o projeto de pesquisa centra-se no trabalho em conjunto com as pessoas que auxiliam no relato dos acontecimentos que remontam a história do conflito armado. Não menos, como afirma Amado e Ferreira:

Trabalhar com história oral no Brasil em geral ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico; também é comum a utilização de entrevistas, em associação com fontes escritas, como fornecedoras de informações para a elaboração de teses ou trabalhos de pesquisa, sem que isso envolva qualquer discussão acerca da natureza das fontes ou de seus problemas. (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 11)

Outro ponto importante a ser destacado é o imaginário social, tema que também será discutido neste estudo. Com o desenvolvimento dos mais sofisticados meios tecnológicos, e

aqui, ressaltando a comunicação, uma ferramenta, ganha cada vez mais espaço em um mundo cada vez mais acelerado: São as imagens, e toda a conjuntura da imaginação que se insere desde um simples suporte até os mais modernos recursos técnicos, que desenvolvem um papel essencial no dia a dia do ser humano. Assim tal trabalho, vem se concretizando a partir da primeira metade do século XX, com a historiografia, que não somente aborda o campo mental dos seres humanos no coletivo, bem como o seu modo de sentir e observar, mas também o imaginário que é elaborado em conjunto. Nas palavras de Le Goff e Pierre (1976), “[...] o historiador das mentalidades deve também se duplicar em sociólogo. Seu objeto, repentinamente é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo histórico, [...] é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo”. (p. 69). Desta maneira, a história oral não se esclarece somente pela relação com outras ciências humanas, ela também é parte integrante da história tradicional, e das mais diversas discussões com a pesquisa histórica fomentando o diálogo, em um vasto campo de pesquisa, tanto material como imaterial.

A partir dos apontamentos feitos por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976), “[...] Ao mesmo tempo em que se trata de um terreno pioneiro, de um domínio a ser desbravado, conceitual, se é epistemologicamente operacional”. (p. 68). Com base nisso, os historiadores das mentalidades foram os primeiros a se aventurarem e explorarem um novo campo da história. Outro historiador que também contribuiu e levantou algumas questões sobre a história das Mentalidades, foi Michel Vovelle (1987), que contrapõe a história das ideias com a história das mentalidades, fazendo menção a cultura popular, esta estaria diretamente interligada com os comportamentos mais secretos, com os segredos e com suas atitudes quase que inexplicáveis de um passado não tão distante.

Compreendendo o processo histórico e sua relação com a sociedade, os procedimentos de análise deste trabalho, visam focalizar as bibliografias escritas pelos historiadores na década de 20, os jornais existentes que relatam fatos deste período, que estão no Arquivo Histórico, na cidade de Erechim, bem como, os imprescindíveis relatos orais sobre o objeto de estudo.

2. CONTEXTO HISTÓRICO NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1920

Compreender o enredo histórico do Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX, requer direcionar nosso olhar a um passado distante carregado de disputas políticas, sociais, e até mesmo culturais. Não obstante, pensar em Rio Grande do Sul nesta conjuntura histórica, é também refletir nas décadas iniciais do Rio Grande republicano, que possuía como base essencial deste pilar o positivismo castilhisto do Partido Republicano Rio-Grandense.

Desde seus primórdios, regimes monárquicos, presidenciais e ditatoriais caracterizaram o Estado brasileiro. Inicialmente, desenvolvia-se um seguimento de líderes provindos da família real portuguesa, o país colonizador do Brasil. Em meados de 1889, com a Proclamação da República, houve um salto para o experimento de uma nova forma de governo, o presidencialismo, ou seja, era o início da República Velha, que se estendia pela variação entre políticos de São Paulo e também Minas Gerais na administração do Brasil. Transformações alteravam o cenário do Rio Grande do Sul em meados do início da República. Não menos, iniciava-se um movimento subordinado politicamente por militares. Com a incorporação da província leste e oeste, a estrada de ferro se consolidou como um importante meio de transporte associado ao mercado da produção gaúcha. Junto a isso, e não menos importante, a industrialização, o comércio, o sistema financeiro e a urbanização coloriam o ambiente em substituição às velhas importações. Contudo, ao pensar e se falar em economia, à palavra que denotava destaque era o setor pecuarista, e seus derivados no mercado interno. Nas palavras de Sandra Pesavento (1983), “[...] era o setor pecuarista o predominante no estado, fazendo-se representar na política”. (p. 65)

A República no Brasil se consolidou com o fim da Monarquia. O que antes era subordinado pelo Poder Moderador, agora passa a se associar na concepção liberal, republicana e federalista que foi se disseminando pelo Brasil desde a segunda metade do século XVIII. Os principais fatores que desencadearam de uma forma rápida a queda da Monarquia e a inserção da República estão agregados com a insuficiência da Monarquia em aperfeiçoar as instituições monárquicas, bem como, a escassez de um processo primitivo de

urbanização e industrialização, junto a isso, também estavam em crise o setor das questões religiosas, questões de cunho militar, sucessão imperial, e o auge da ascendência de novas camadas oligárquicas. De fato, era preciso tomar providências para mudar o cenário atual. Logo se presume que, a solução para tais problemas estaria associada a ideias federalistas e liberais, não menos, estaria associada com a República. Sandra Pesavento afirma que, “A instalação da República no Rio Grande do Sul implicou a adoção de uma forma de governo autoritária, inspirado na república ditatorial de Comte”. (PESAVENTO, 1979, p. 77).

A República passou a se organizar em torno de conceitos liberais e federalistas. Assim, pois, diferentemente da Monarquia, o poder deveria ser coletivo com os demais membros, a participação do povo como um regime democrático, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, ou seja, um sistema político voltado para a soberania local, e que mais tarde adquiriria liberdade político-administrativa aos Estados, implantando um regulamento representativo. As mais diversas constituições foram organizadas sob preceitos liberais, apenas a do Rio Grande do Sul que vigorou como positivista. Convém, no entanto ressaltar que, o patrimônio do período imperial que se manteve forte em um regime liberal, federalista, presidencialista e oligárquico, foi o latifúndio e a monocultura cafeeira agroexportadora. (CARONE, E. A 1974).

Pensar em tempos de República requer uma atenção no perfil e também nas características associadas aos três períodos que corresponderam ao da República Velha, de 1889 até 1930. O sistema político da República como mencionado acima, pode ser dividido em três fases distintas. A primeira delas corresponde aos Governos Militares, onde se concretizou um período de grande variabilidade política, e não menos, uma acirrada luta pelo poder nos Estados entre civis e militares que almejavam uma nova forma de governo e também uma organização para que fosse possível exercer o poder. Já na segunda fase, é possível destacar os governos civis, consolidando um período de ajustes e ascensão dos agentes civis no gerenciamento político do regime. Na terceira fase, apresentam-se o período das contestações, isto é, o período que corresponde a reação da instalação da República, a crise econômica do pós-guerra, e também os conflitos tenentistas na década de 1920, culminando em 1930 a queda da República.

O Partido Republicano Rio-Grandense que surgiu em 1882 ainda no Império, fez com que a política estadual passasse a apresentar uma centralização partidária. Seus fundadores eram aliados ao regime republicano, e seus organizadores foram orientados pelos primeiros líderes Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Uma característica marcante

desse processo foi o positivismo de Augusto Comte, sendo a ordem a principal responsável pelo progresso social. Do ano de 1892 até 1930, o PRR, que aos poucos foi estabelecendo uma união frutífera com o exército, governou o Rio Grande do Sul, eis a razão de todo o final do século XIX ser descrito sob o pretexto da forma autoritária e sob o comando de Júlio de Castilhos, que abarcou qualquer forma de outros adversários terem acesso ao poder. (RECKZIEGEL, Ana Luiza, 2007).

O mesmo sucede com a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, desta maneira, a força da organização burocrática e hierárquica do PRR conservou-se resistente garantindo a força de Borges de Medeiros para posicioná-lo no poder até 1928. A estrutura organizacional do PRR centralizava-se no aparelho do Estado, ora, facilmente se presume que o poder do PRR sempre foi estabelecido pela manifestação direta nas eleições locais, bem como, nos assuntos administrativos, com os propósitos e as características do modelo positivista, enfatizando assim, um maior controle em todas as esferas organizacionais, e também solucionando diversos problemas gaúchos, fazendo com que Borges de Medeiros pudesse garantir sua reeleição. Fica, pois, claro que, o positivismo e não menos o liberalismo, foram dois pontos importantes e presentes no Rio Grande do Sul desde o início do período da propaganda até a queda da República Velha, em 1930. Desta forma, “[...] a ordem era a base do progresso; o progresso era a continuidade da ordem. Assim, a visão positivista era progressiva e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social”. (PESAVENTO, 1983, p.67). Ainda nas palavras de Pesavento, “A ideologia positivista no Estado desempenhava o papel de contornar o conflito social a fim de possibilitar o desenvolvimento de acumulação privada de capital”. (PESAVENTO, 1983, p. 81). É válido ressaltar que, o PRR se dispunha a verificar e executar a modernização econômica exigida, para que o progresso de todos os setores econômicos pudesse avançar cada vez mais.

Dentre os conflitos que atuaram de 1893 – 1895 e 1923 pode-se destacar as desavenças e o agrupamento de grupos políticos gaúchos no período da República Velha, considerando as concepções doutrinárias que essencialmente fundamentaram não somente o positivismo que se solidificou entre os chimangos e os republicanos, mas também o liberalismo que foi a base doutrinária dos maragatos e dos federalistas, com características marcantes na formação dos principais líderes, suas ações, discursos e projetos que se firmaram ainda mais nas ações do próprio governo, e que fora, sem dúvida o estopim para que as Revoluções eclodissem. Em seu livro a História do Rio Grande do Sul,

Pesavento, destaca,

O Estado positivista, baseado nos princípios de Comte, se dispunha a ‘incorporar o proletariado à sociedade moderna’, o que, em última análise, traduzia-se, na prática, em fazê-lo trabalhar para o progresso econômico de forma ordenada. Considerava, também, que as questões que surgissem deveriam ser solucionadas entre patrões e empregados. O Estado deveria interferir, como mediador, quando se dificultasse o acerto, ou como órgão repressor, quando a segurança fosse ameaçada. A ideologia positivista no Estado desempenhava o papel de contornar o conflito social a fim de possibilitar o desenvolvimento de acumulação primitiva de capital. (PESAVENTO, 2000, p.81).

Com a Primeira Guerra Mundial intensificou-se o desenvolvimento da economia Gaúcha, por meio das altas dos produtos agropecuários, que eram produtos indispensáveis no mercado econômico dos países que se desenvolveram no conflito. De fato, o Rio Grande do Sul possuía uma agricultura diferenciada, uma economia independente, sem contar na indústria de produtos agrícolas. “À crise econômica do pós-guerra seguiu-se a crise financeira: de um período de inflação e ampla concessão de empréstimos passou-se a uma fase de recessão e de redução de créditos”. (PESAVENTO, 1983, p. 84). Esse fator ocasionou um abrandamento nos produtos gaúchos, logo, estes passaram a contrair bem mais empréstimos, com a finalidade de melhorar e ampliar a produção. A própria Pesavento, já citada, recorda ainda que, “o período de guerra, evidenciando uma conjuntura ótima de mercado, foi o que se pode chamar o momento áureo do governo Borges de Medeiros, quando menos oposição sofreu”. (p.80). Ainda nas palavras de Sandra,

A Ecloração da Primeira Guerra Mundial veio proporcionar um período de euforia para a pecuária gaúcha, face às amplas perspectivas de mercado que se ofereceram. As necessidades de abastecimento dos países beligerantes, no que diz respeito à população civil e às tropas, elevou extraordinariamente os preços dos gêneros de consumo, entre os quais a carne frigorificada. (PESAVENTO, 2000, p.71)

No entanto, ao final da Guerra, a economia gaúcha despencou de vez, causando endividamento e diminuição da comercialização de seus produtos. Diante deste cenário, os produtores passaram a diminuir a demanda, agravando a crise no Estado. Naturalmente, junto com a crise econômica, começaram a surgir os primeiros sinais de aumento do custo de vida da população urbana, ao mesmo tempo, também ocorria o processo de industrialização, que propiciou o êxodo rural, com transformações na oferta de mão-de-obra nas cidades, e como consequência a crise inevitável do Estado. Nota-se que em seguida acontecem em 1917 e

1919, diversas manifestações no Estado, modificando o cenário do governo gaúcho. Sandra observa a crise dos anos vinte,

No pós-guerra, a recessão econômica, a rearticulação da economia europeia e o recuo da demanda mundial repercutiram negativamente sobre a economia rio-grandense. Em especial, o início da década de 20 representou para o estado um momento de crise, externa e interna. (PESAVENTO, 2000, p. 83)

Convém, no entanto ressaltar que, todos esses problemas na concepção dos produtores gaúchos poderiam sim apresentar um quadro de melhoria, ora, se o setor da pecuária era o predominante, e se o mesmo passava por um momento de crise, obviamente seria dever do governo ajudá-los. Nestas condições, ao reivindicar uma possível solução para a crise junto ao governo, o mesmo não foi concedido por Borges de Medeiros, causando revolta entre os gaúchos que sem titubear passaram a postular a derrubada do presidente do Estado, como medida para solucionar o problema. Sandra ainda destaca,

No plano estadual, a impossibilidade do governo contornar a crise econômica fez com que a parcela da classe dominante fora do poder considerasse insuportável o domínio republicano no estado. Assim, passaram a exigir do governo Borges de Medeiros que se empenhasse numa política de defesa exclusiva da pecuária. Neste momento de crise, Borges optou pela continuidade da política econômica de ‘desenvolvimento global’ da economia gaúcha. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o plano político. A parcela oposicionista da classe dominante arregimentou-se sob a liderança de Assis Brasil, e foi às armas na Revolução de 1923. (PESAVENTO, 2000, p. 85)

Na verdade os pecuaristas de oposição queriam que Borges se posicionasse, e que assim, estabelecesse uma “política de salvação” da pecuária. A partir deste cenário Borges se candidata ao seu 5º mandato para a presidência do Rio Grande do Sul, em contrapartida, os elementos que estavam descontentes com a política vigente, lançam o nome de Assis Brasil para a candidatura. Todavia, como já era de se prever, Borges de Medeiros vence mais uma vez. Descontentes, os oposicionistas argumentaram total fraude e tomaram em armas contra o governo estadual, na forma de movimentos armados em regiões. Pesavento ainda destaca,

Os rebeldes acalentavam a esperança de uma intervenção federal no estado a seu favor, uma vez que Borges, nas eleições de 1921, havia negado apoio ao candidato do governo para a presidência da República. Os rebeldes não apenas exigiram a derrubada de Borges do poder como também a revisão da constituição estadual de inspiração positivista que permitira as reeleições consecutivas do governante. (PESAVENTO, 2000, p. 86).

Consequentemente, o estopim para que o movimento revolucionário de 1923 eclodisse foi estimulada pelos partidários de Assis Brasil, que estavam insatisfeitos com o resultado das eleições para a Presidência do Estado, que garantiram a vitória a Borges de Medeiros para governar por mais cinco anos, e que este utilizou estratégias de intensificação de campanha a seu favor, com a difusão também no meio acadêmico. José C. Tamanquevis destaca “[...] um tribunal de honra é organizado para a recontagem dos votos; a questão é que os membros do tribunal são ligados ao PRR, confirmando o resultado e a vitória de Borges”. (TAMANQUEVIS, 2002, p.92). Ideias opostas floresciam a todo o momento, Vizentini afirma, “a certeza da utilização de fraude do PRR, no sentido de obter uma maioria, que segundo os cálculos oposicionistas não existia, levou os maragatos a pegar em armas no dia da posse de Borges de Medeiros”. (VIZENTINI, 1982, p.44). Assim, Assis Brasil de forma articuladora soube perfeitamente proferir e se instalar nas oposições que o Rio Grande do Sul desenvolvia, desencadeando um longo e árduo trajeto até se consolidar em 1922, com o Partido Republicano Democrático (PRD).

O Partido Republicano Democrático visava um desenvolvimento adaptado para atender as demandas da pecuária e o cultivo da terra, projetando também toda a estrutura para que estes produtos pudessem ser industrializados. Ligado a estes fatores, da mesma forma, estava a preocupação em estabelecer um ambiente de paz entre os gaúchos, e de ser um mediador para que os desentendimentos pudessem ser cessados. Assis planejava uma democracia direta, ou seja, era indispensável uma oposição para que as opiniões e ideias da população fossem colocadas em discussão, extinguindo a idealização do favorecimento de uma classe em detrimento da outra. Logo, tais considerações levam a cabo que os pecuaristas buscavam em Assis o apoio que eles não obtiveram de Borges, configurando bases sólidas e buscando alternativas eficazes para suas reivindicações.

2.1 ELEIÇÕES DE 1922

Aumentava ainda mais o clima de insatisfação e manifestações contrárias à reeleição de Borges de Medeiros pela sua 5ª vez como chefe do Estado. Franco afirma que, “O clima de insatisfação existente entre os pecuaristas rio-grandenses, no princípio da década de 20, favoreceu o crescimento da candidatura de Assis Brasil como opositor de Borges de Medeiros [...]” (FRANCO, 2007, p. 164). Como já se esperava, a campanha eleitoral desenvolvida foi assinalada por apreensão social, o que projetou de maneira mais forte a atuação política da

oposição rio-grandense. A oposição se estabeleceu politicamente, ou seja, democratas, federalistas, e os divergentes republicanos em detrimento de propostas que pudessem se desenvolver a partir da pecuária, no sentido de que traria melhorias para os âmbitos de desenvolvimento produtivo do Rio Grande do Sul.

Ao analisar a campanha de Assis Brasil é possível identificar elementos que abrangem projetos bem avançados e estruturados para aquela determinada época. Em sua totalidade, Assis possuía como objetivo principal ofertar um ensino profissionalizante ao homem do campo, bem como, instruí-lo para a melhor utilização dos recursos do meio rural. A ideia liberal defendida pela oposição também conservava o desejo de contar e defender uma imobilidade entre os poderes constitucionais. Em detrimento de projetos políticos que atendessem toda uma conjuntura, o projeto de Borges de Medeiros começa a dar os primeiros sinais de que era preciso uma transformação na ordem política. Desta maneira, inicia uma luta de interclasses, abarcada em um período que denotou questionamentos, e incompreensões no Rio Grande do Sul, desencadeando eleições que alteraram a índole da população rio-grandense. (GIACOMEL 2004)

2.1.1. O Suscitar da Rebelião em Nossa Região

“A Revolução de 1923 não obedeceu ao critério de um comando geral. Nas diversas regiões, os caudilhos organizaram colunas, independentes umas das outras”. (FERREIRA, 1978, p.210).

O movimento organizou-se em Passo Fundo. A partir dos apontamentos de Maria Antonieta Antonacci, “se, em Janeiro e Fevereiro de 1923, a revolução ficaria restrita a Passo Fundo, Palmeira, Nonoai e Erechim, no final de Abril, tomara conta de todo o Estado”. (ANTONACCI, 1979, p.245). Os pesquisadores e historiadores Enori Chiaparini e Altair Menegati, descrevem na Revista DM, no Caderno de História, a respeito da passagem dos Maragatos e Chimangos em Boa Vista do Erechim, “A posse de Borges de Medeiros ocorreu no dia 25/01/1923, e os federalistas desde a eleição começaram os preparativos arregimentando pessoa, conseguindo armas e cavalos e dividindo o Estado em comandos [...] e Felipe Portinho na região de Erechim”. (REVISTA DM, 1999)

É fora de dúvida que, o governo do Rio Grande do Sul proporcionou um suporte para as tropas da Brigada Militar, no entanto, pouco adiantou, pois os cofres do Estado estavam sacudidos, pelo fato de que os pecuaristas relutavam em pagar os impostos. Existiam também

contestações por parte dos produtores gaúchos que pediam o fim do conflito. Entre 1923 e 1930, a cidade de Erechim viveu momentos de euforia, que se caracterizavam pelos confrontos entre os chimangos e os maragatos, com o propósito de solucionar os embates estabelecidos entre a república e o parlamentarismo, entretanto, massacres e mortes aconteciam com muita intensidade.

Os primeiros enfrentamentos ocorreram através da organização de grupos revolucionários, que foram sendo constituídos. Tendendo para um desequilíbrio no número de efetivos, Arthur Ferreira Filho, evidencia que houve uma diversificação conforme a região, juntamente com a notoriedade do chefe, que assumia o cargo de general. Havia unidades de até setecentos homens, entretanto as do General Portinho e Honório Lemes careceriam entre mil e quinhentos e mil e oitocentos homens. Em segunda estância, estavam os governistas que recebiam auxílio necessário da Brigada Militar, e todo um emaranhado de mecanismos que pudessem lhes servir. Sendo assim, o governo possuía em cada região um dirigente, que contava com a ajuda de mais oficiais reforçados de um corpo provisório que orientava sob as mais diversas informações em tempo real o comando central. O historiador Pedro Giacometti, traz elementos importantes sobre as condições de maragatos e chimangos, que foi possível evidenciar a partir das entrevistas realizadas durante seu estudo. Segundo ele, os chimangos eram dotados de melhores condições se comparado com os maragatos, que faziam incursões pela colônia, saqueavam o gado, cavalos, e todo e qualquer tipo de utensílios que fossem de amparo.

Convém, entretanto ressaltar que, a desvantagem dos maragatos frente aos chimangos, impunha-os a utilizar os métodos de guerrilhas como meio de proteção. Arthur Ferreira Filho, ainda destaca, “Repetiam-se os minúsculos combates, numa luta de emboscadas e surpresas ao velho estilo das guerrilhas”. (FILHO, 1973, p.39). A certeza de estratégia de guerra se evidenciava através do conhecimento da área a ser trilhada, em uma corrida constante entre desafios e obstáculos evidenciados ao longo do percurso. Um dos atributos dos revolucionários condizia com os armamentos que detinham. “A ‘Revolução de 23’ foi a última guerra civil rio-grandense com ‘guerra à gaúcha’, as cargas de cavalaria [...]” (AVILA, 2012, p. 106). As armas utilizadas eram carabinas, fuzis, conforme Fig. 6 facas e facões, e suas tropas se conduziam com cavalaria.



Figura 6 – Objeto encontrado no ano 2013.

O presidente Arthur Bernardes, não demonstrava tamanha preocupação com os maragatos e chimangos. Um ponto interessante a destacar é que a partir dos enfrentamentos é plausível que tanto chimangos quanto maragatos registraram vínculos de coragem e valentia que ficaram registrados na história do Rio Grande do Sul.

A passagem dos assisistas e borgistas na região do Alto Uruguai se caracterizava por bandos de homens armados, que se perseguiam uns aos outros, e que foram se espalhando até a Região do Tapir, como efeito da continuação do movimento revolucionário e com a conflagração da região nos anos de 1923 e 1924. “As principais colunas rebeldes eram a de Leonel Rocha, na região de Palmeira; de Felipe Portinho, no Planalto do Nordeste; Honório Lemes na Fronteira Sudoeste; Estácio Azambuja no Centro-Sul e José Antônio Neto (Zeca Neto) no Sul[...]”. (FERREIRA, 1978, p. 210). Nas palavras do historiador Pedro Giacomel, “[...] do outro lado, frente à luta estavam os governistas que contavam com o aparato do Estado, comandados pela Brigada Militar com treinamentos regulamentados convencionados pelos seus comandantes”. (GIACOMEL, 2004, p. 20).

Na obra de Menegati e Carraro, *O Combate no Desvio Giareta*, os autores atentam para “A Tomada de Boa Vista do Erechim pelos Maragatos”, “O General Portinho, que invadiu o Estado pelo Pinhal, município de Lagoa Vermelha, estava acompanhado de sua tropa – 700/800 homens”. (MENEGATI; CARRARO, 2002, p. 18). Valendo-se de um

número expressivo de homens, as tropas se movimentavam para outros lugares, até mesmo por uma questão estratégica, Quatro Irmãos, Capó-Erê, e Nonoai eram frequentemente alvo desses visitantes.

Ao adentrar no dia 12 de Março de 1923, “Portinho tomou a cidade de Erechim, dando liberdade a 13 presos da cadeia pública e prendeu os policiais na própria cadeia, apreendendo o armamento”. (MENEGATI; CARRARO, 2002 p.19). Após um período de grande agitação, e pelo fato de as tropas maragatas estarem se hospedando na Região, acontece no dia 12 de Abril de 1923, a nomeação do administrador que permaneceria de maneira provisória sendo o Capitão Themístocles Celso Oshôa. Em seu período de administração, Menegati e Carraro atentam para o fato de que este trouxe satisfação para ambos os lados, tanto para Maragatos como para Chimangos, tendo fim em 18 de Setembro de 1923. Entretanto, esse fato não estava agradando Borges de Medeiros, “ao qual assinará o decreto de emancipação de Erechim, não via com simpatia que a cidade estivesse sendo administrada ‘manu militari’ pelos seus inimigos maragatos e determinou que o General Firmino de Paula [...] para a retomada da cidade”. (MENEGATI; CARRARO, 2002, p. 20)

Mais adiante, a Região de Barão de Cotegipe, na época conhecida como Floresta, foi local de passagem e até mesmo hospedagem das tropas em conflito, que se concentravam em áreas montanhosas e de difícil acesso, o que facilitava o exercício das invasões e saques nas casas de agricultores, onde poderiam se alimentar e descansar em maior segurança.

A seguir, é possível analisar e compreender o contexto histórico de Erechim, chegando até Barão de Cotegipe, e depois no tema central dessa pesquisa, a região do Tapir, onde serão analisados o confronto armado relacionado a figura de Gaudêncio dos Santos, chefe revolucionário que lutou ao lado dos maragatos.

2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE ERECHIM

Em 1908 foi criada a Colônia Erechim e instalada onde hoje se localiza a cidade de Getúlio Vargas, proposta por Torres Gonçalves, então diretor de Terras e Colonização da Secretaria e Obras Públicas, ao presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa, relacionado com o período imigratório que ganhava notoriedade no Estado do Rio Grande do Sul. Para que fosse possível tal feito, fazia-se necessário organizar uma Comissão de Terras, que seria destinada a organizar e projetar loteamentos, juntamente com a demarcação das terras, promover a abertura de estradas, bem como, ruas nos demais povoados, fornecer suporte

financeiro aos colonos, entre outros recursos que seriam necessários para o melhor desenvolvimento da Colônia.

Um fator determinante para que tudo isso pudesse ocorrer foi a estrada de ferro, que proporcionou um alto nível de desenvolvimento. De acordo com o Histórico de Erechim, “A demarcação das terras de Erechim foi iniciada em 1904 com a exploração simultânea do traçado por onde deveria correr a ferrovia”. (CESE, 1979, p. 27). As atividades econômicas, por exemplo, se movimentariam com maior facilidade de Capo-erê até o povoado de Paiol Grande, se constituindo um significativo centro regional. A partir desse momento, o setor industrial vai se desenvolvendo aos poucos, adquirindo espaço nos mais diversos setores.

Assim sendo, a Colônia de Erechim em sua totalidade vai criando vários povoados que pouco a pouco crescem e se expandem, como Erebango, Capo-erê, e Paiol Grande, enfatizando que os mesmos eram guarnecidos pela estação ferroviária, e que em 1916, Paiol Grande tornar-se-ia a sede da Colônia Erechim. Diversas foram as denominações atribuídas à Erechim. Até 30 de Abril de 1918 recebeu o nome de Paiol Grande. A partir dessa data ficou conhecida como Boa Vista do Erechim. Mais tarde, em 7 de Setembro de 1922, passou a ser chamado de Boa Vista do Erechim e finalmente em 1944 de Erechim.

Illa Font evidencia que, o povoamento foi acontecendo na proporção em que surgiam os imigrantes povoadores de Erechim. Poloneses, alemães, italianos, e também de várias outras nacionalidades, aos poucos iam se instalando nas áreas que já haviam sido demarcadas e regularizadas pela Comissão de Terras. Esse movimento migratório, a partir do descendente europeu, proporcionava uma aproximação com distintas etnias que perdurou até 1913.

A Colônia Erechim, planejada e instituída no padrão positivista, foi pensada como modelo pelo governo do Estado juntamente com a estrada de ferro, a qual era considerada coeficiente determinante para seu progresso. Elementos decisivos para o sucesso da ação colonizadora neste território destacavam-se com maior ênfase na ferrovia, na fertilidade do solo, como também, a participação dos imigrantes pelo trabalho. Deve-se, pois, antes de tudo ressaltar que o antigo território da Colônia de Erechim é formado na atualidade por pequenos municípios que constituem a microrregião geográfica do Alto Uruguai, como mostra a Fig.7.

É fora de dúvida que, o território que abrange a Colônia de Erechim, e mais tarde, 1918, município de Erechim, foi se constituindo aos poucos, em municípios menores, como, Getúlio Vargas que foi o primeiro a ascender à emancipação político-administrativa, em 1934. A década de 1950 foi o período em que a maioria dos municípios se emancipou, prolongando-se esses processos até a década de 1990.



Figura 7 - Localização de Erechim no Rio Grande do Sul – Fonte: Wikipédia

3. CONJUNTURA DA VILA FLORESTA À BARÃO DE COTEGIPE

A ocupação de Barão de Cotegipe não foi tarefa simples. Assim como outros municípios, ele surgiu dos esforços da Comissão de Terras, instalada em Erechim. Os primeiros imigrantes foram os grandes responsáveis pelo desbravamento e pela formação dos povoados e comunidades de Barão de Cotegipe, que foi ocupada na década de 1920, com a chegada da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, obviamente passando por Passo Fundo e Erechim. Barão de Cotegipe, então Floresta, logo foi ganhando destaque e se desenvolvendo, com a abertura da estrada, demarcação de terras e denominação de linhas contribuíram para o seu rápido crescimento. A Igreja também teve influência nesse processo de desenvolvimento do município.

O povoamento de Barão de Cotegipe iniciou em 1911, com a chegada dos primeiros poloneses. Na época o município recebia o nome de Povoado Floresta, no qual compreendia 16 colônias. Já em 1917, iniciou-se a demarcação de terras, elevando o povoado a categoria de Vila Floresta. Cada novo morador tinha de abrir espaço entre a mata, utilizando foices, enxadas, fazendo roça e plantando para os meios de subsistência. De acordo com Ducatti (1981), o primeiro morador a se instalar em Floresta foi o guarda florestal Adão Welker, Fig. 8, em 1912, que encontrou alguns moradores lá instalados. Ainda em torno do ano de 1919, o único meio de transporte eram as tropas compostas por carretas e mulas.

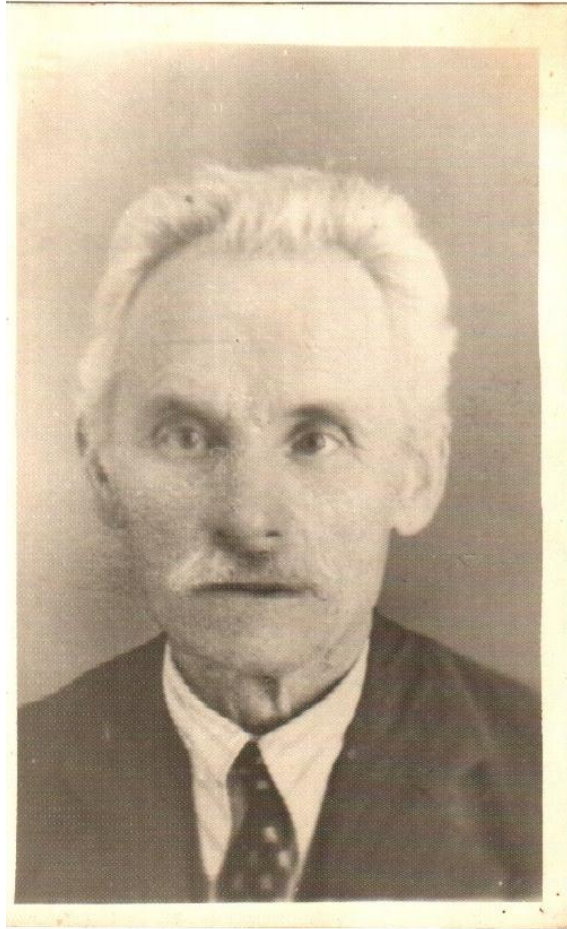


Figura 8 - Guarda Florestal Adão Welker (Fonte: Jandir Brunelo – Arquivo Pessoal).

Diversas foram as nacionalidades dos primeiros moradores, destacando-se os poloneses, ucranianos, lituanos, italianos. Aos poucos, Floresta foi se desenvolvendo e se ampliando. Já em 1921, contava com 40 residências e 200 habitantes, e em 1926, 70 moradias e 420 moradores. Nos anos de 1923 e 1924 a Vila viveu momentos de extrema tensão, com a chegada de dois grupos revolucionários do Rio Grande do Sul. Os “Maragatos” que eram adeptos dos ideais defendidos por Assis Brasil, e os “Chimangos”, adeptos da Guarda Governista, comandada pela Brigada Militar e defensores de Borges de Medeiros. A partir desse momento, houve inquietude na Vila Floresta. O motivo que levaram os Maragatos a selecionar a Vila Floresta como ponto de parada se deve ao fato de ser uma região com densa vegetação e também pela sua localização geográfica Fig. 9, que era corredor para Santa Catarina. A Revolução terminou em 14 de Dezembro de 1923 com o tratado de paz, entre o Governo Federal, Estadual e os Revolucionários.

Com o tempo o comércio também foi florescendo. A partir de 1927 começam a surgir às primeiras indústrias. Novos moradores chegam, a maioria deles italianos vindos das antigas

colônias em busca de melhores condições de vida. Em 1957, inicia-se o movimento de emancipação político-administrativa, e em 23 de Janeiro de 1965 teve sua emancipação com o nome de Barão de Cotegipe. Homenagem a João Maurício Wanderley, de origem holandesa. Em 1860, D. Pedro II conferiu-lhe o título de Barão de Cotegipe, pelos diversos feitos realizados.

Em 1920, os agricultores moradores da Vila Floresta possuíam boas condições de subsistência, o que fazia com que esses alimentos fossem cobiçados pelos bandos de maragatos que se instalaram em seu território em 1923.



Figura 9 - Localização de Barão de Cotegipe no Rio Grande do Sul – Fonte: Wikipédia

3.1 CONJUNTURA DA REGIÃO DO TAPIR DE 1914 ATÉ 1924

A Região do Tapir localiza-se no município de Barão de Cotegipe, distante aproximadamente 18 quilômetros do centro da cidade, e 40 quilômetros de Erechim. No ano de 1914, iniciou-se o povoamento do Tapir, conhecido pelo relevo extremamente acidentado, mata fechada, e alguns moradores. Havia na região do Tapir algumas localidades com nomes distintos que se localizavam bem próximas uma das outras.

Tapir fica situado ao Norte do Município de Barão de Cotegipe, fazendo divisa com Itatiba do Sul, ao norte, com o município de São Valentim, mais a Oeste o Rio Guatapará e o

Rio Lamedor que atravessam localidades separando os municípios citados anteriormente, conforme Fig. 10. Por ser um local montanhoso, com muitas pedras, fica muito difícil o cultivo da terra. Os que habitavam a região já no ano de 1914 eram de origem polonesa, russa, alemã e mestiça de origem Africana. Eram praticantes das religiões Católica, Evangélica e Luterana.

Desta forma, é possível compreender que a localidade montanhosa, com difícil cultivo da terra, de difícil acesso, com diferentes etnias, com troca de experiências se caracterizavam pela prática de viver em uma área deslocada da vida urbana, um povo quase sem diversão, com casas simples, cultivando memórias e levando uma vida tranquila, em um lugar onde o contato com a natureza era a característica dominante. Conforme entrevista realizada em Agosto de 2016, Severino Roncato destaca, “Antigamente tinha bastante caboclos vivendo na região do Tapir, eram casas uma do lado da outra. As terras não eram registradas, naquela época chegava e se acampava, mas as terras não eram documentadas, o pessoal ia chegando e se acampando”.

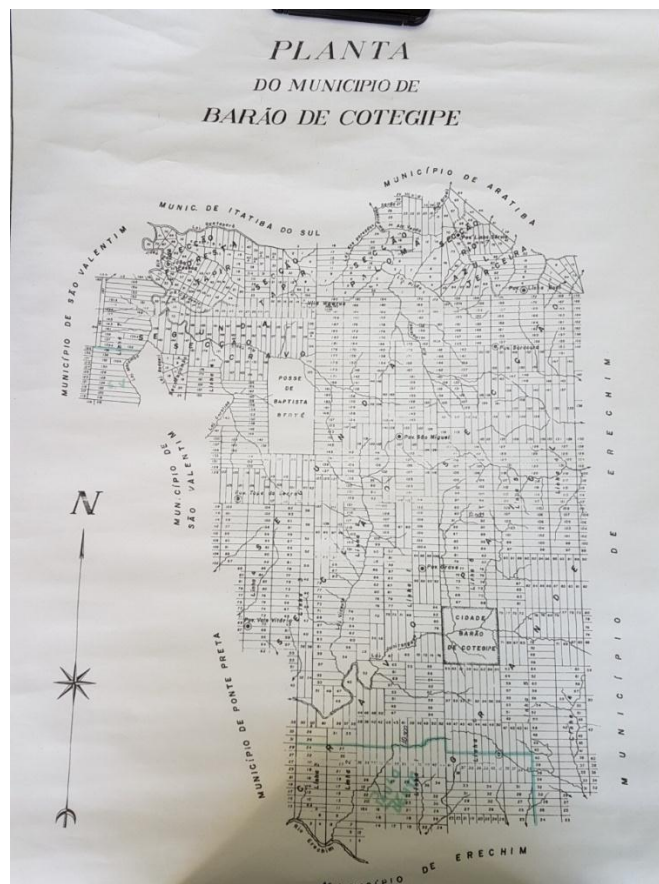


Figura 10 – Território Rural Município de Barão de Cotegipe.

A partir de relatos sobre Histórico da Região é possível identificar elementos norteadores de uma vida traçada pelo baixo grau financeiro, com dificuldade de acesso á saúde, educação, transportes, é claro, dificuldade que atingia também os moradores das demais regiões do município e da região. As famílias viviam em casas com piso de chão batido, paredes de tábuas e rodeadas de uma vasta e belíssima vegetação, cobertas por mata fechada. Para cozinhar era preciso investir em estratégias que trariam um melhor resultado possível. Deste modo, era necessário suspender uma corrente de ferro, com grampos para fixar as panelas que também eram de ferro para a preparação do almoço. Conforto não se encontrava aí, usavam bancos e mesas de madeira.

A base alimentícia do povo morador da região se fundamentava no cultivo de fubá, feijão, a carne e a canjica de milho produzida no pilão, assim sendo, os principais produtos econômicos eram o milho e o feijão. O chimarrão era a bebida indispensável e junto a isso produziam os cigarros de palha e o próprio fumo. Cultivavam a crença em benzimentos e feitiços, produziam os remédios caseiros, utilizando folhas, cascas e raízes de árvores selvagens, já que a natureza e o lugar contribuía para o aperfeiçoamento destes costumes. O meio de transporte que utilizavam era o cavalo.

Os moradores do local nasciam, cresciam, casavam-se sem nenhum registro ou documento legal. Estradas não existiam e o meio mais eficaz de se trabalhar era por meio de trilhas no meio da vegetação. Igualmente, fica claro que as terras e as colônias geralmente não eram escrituradas, não eram documentadas, o que evidencia o problema legalidade na posse da terra. Consequentemente, mais tarde o imigrante irá comprar a terra e exigir a escritura, juntamente com o Poder Público. Desta maneira, o Tapir se constituiu como uma válvula de escape, com mistérios e segredos por detrás de uma mata fechada e de uma natureza deslumbrante, que por algum tempo foi palco de conflitos envolvendo duas forças opositoras, de um lado o grupo liderado por Gaudêncio dos Santos, os maragatos, e do outro lado a Força do Governo, os Chimangos. Nas palavras de Luiz Benjamim Busatto, em Meu Erechim Cinquentão, ele destaca,

[...] de repente o Tapir ficou sendo o reduto armado inquietando e assustando a região toda. E estradas para entrar no Tapir? Só trilhos. Trilhos tipo labirinto. E imensa mata, alevantada, em faixa larga, cobrindo precipícios e sangas com poucos e difíceis váus. Existia, porém, uma corrente ininterrupta de pombeiros levando e trazendo notícias. Tapir era um acampamento misterioso, sinistro, perigoso. (BUSATTO,1968, p.20)

O Jornal Diário de Notícias destaca em uma de suas manchetes a respeito de Boa Vista de Erechim, especificando a questão das estradas, em Tapir. Prontamente, nota-se as a passagem das duas Forças Opositoristas que estiveram acampadas na localidade.

Segundo se diz, os prisioneiros rebeldes trabalham em Tapyr, na construção da estrada de rodagem por ordem do Comando do 30º corpo auxiliar da Brigada Militar, sendo obrigados a esse serviço [...] o major Marcos Bandejas, Commandante do 30º corpo auxiliar, o que estava com o seu batalhão acampado em Tapyr, aproveitou os serviços dos rebeldes que se apresentavam, para fazer a construção de estradas, independente do pagamento. (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 1927, nº 35)

Hoje, depois de mais de 90 anos do ocorrido, a Região do Tapir carrega consigo um imaginário de medo, atrelado com a vasta vegetação que ainda predomina no local. Pouquíssimos moradores ainda habitam ali, a maioria se deslocou para a cidade. Na calma da natureza, no som do riacho, e no cantar dos pássaros ainda é possível sentir um frescor de paz e tranquilidade, entretanto, preso com a sensação de temor, do lugar que um dia abrigou constantes batalhas. Desta maneira, mais do que recontar a História de uma Região carregada de memórias e mistérios, é possível refletir sobre as principais causas e os acontecimentos históricos que conduziram o movimento armado até o pequeno e simples Tapir, os principais episódios daquela época, o imaginário de um povo que ainda recorda com profunda tristeza e atrelado a isso um ar de medo, juntamente com um patrimônio histórico, isto é, o Cemitério que com o passar dos anos deu lugar à lavoura.

4 ANÁLISE DOS ESTUDIOSOS, DOS JORNAIS, E DAS FONTES ORAIS SOBRE O MOVIMENTO ARMADO NA REGIÃO DO TAPIR.

4.1 RELATO DOS ESTUDIOSOS

Refletir sobre a escrita da História é também refletir sobre o emaranhado de interrogações, interpretações e fontes de pesquisa, juntamente com os responsáveis pelo estudo dos fatos relevantes de um determinado tema da historiografia. Por detrás de todas essas produções, das pesquisas acadêmicas, estudos de cunho histórico se encontra uma vasta e memorável investigação a respeito do passado, aprovada e empregada pela sociedade como História. Neste capítulo, é possível compreender sobre o movimento armado na Região do Tapir desenvolvido pelos estudiosos, pelos Jornais da época, e por meio das Fontes Oraís.

A partir do momento em que o historiador se propõe a analisar uma história já vivenciada em um distante período de tempo, é necessário apresentar elementos que estejam diretamente associados com a memória de tal fato. Desta forma, ao estudar a história de determinado povo, cultura e local, o historiador passa a se tornar parte integrante do tema em pauta, e aos poucos passa a “reconstruir um quebra-cabeça” com peças espalhadas e escondidas, relacionado com a narrativa, assim sendo, a peça chave para o desenrolar do “jogo” se encontra na memória de um povo, nos vestígios de um local, ou até mesmo de um simples documento. Como já frisado anteriormente, História e Memória se articulam em um mesmo parâmetro. Por isso, o reconhecimento da memória e o patrimônio histórico são articulações que vem ganhando um espaço cada vez mais notório em nossa sociedade. Nas palavras de Nora, que busca e preocupa-se em refletir a respeito dos lugares de memória,

Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7)

A partir dos apontamentos relacionados acima se busca uma visão mais crítica sobre o tema em debate. Primeiramente, é possível compreender e relacionar o tema com as

discussões realizadas pelos estudiosos da questão. Em segundo lugar, faz-se necessário um olhar voltado para os Jornais da época que se encontram no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, localizado na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul. Em um terceiro e último momento, é viável uma interpretação através das entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa, contrapondo assim as três visões sobre um mesmo tema, seus pontos em comum, as divergências, e o foco principal que é, sobretudo compreender e analisar o período da passagem dos Maragatos e Chimangos na região do Tapir, bem como, analisar a Figura de Gaudêncio dos Santos, líder maragato que atuou no Tapir no tempo das revoluções.

Seguindo uma sequência cronológica, e de fácil organização investigou-se o tema através de perguntas simples, para os três tipos de fontes, caracterizando algumas pequenas alterações nas mesmas. As perguntas voltaram-se para um viés político, ideológico e cultural da época e do assunto em pauta. Vale ressaltar que os participantes aprovaram o material para o uso exclusivo deste trabalho. A partir desse ponto foi possível elaborar questões que pudessem atender tanto as entrevistas, como também, os estudiosos e os documentos a partir da leitura analítica e crítica dos mesmos. As perguntas foram estruturadas em uma espécie de análise progressiva que irá construir a narrativa deste terceiro capítulo, associada aos apontamentos feitos por estudiosos de Erechim, os Jornais da época, e também as entrevistas das pessoas que vivenciaram ou recontam as histórias que os antepassados ressaltavam com maior frequência a respeito do tema indicado, considerando primeiramente o Movimento na pequena Região do Tapir, atrelado com a figura de Gaudêncio dos Santos. As questões para a compreensão do assunto foram: *Como era conduzida e organizada a estrutura da pequena região do Tapir antes da passagem das tropas dos Maragatos e Chimangos?; Como a Sr (a) se recorda do movimento armado nesta Região?; Se recorda do personagem de Gaudêncio dos Santos?; Descreva as características de Gaudêncio; Como ele era?; O que restou, quais as lembranças do Movimento Armado?; E o Cemitério, como ocorreu o término de um símbolo daquele movimento?; Porque não foi possível intervir na sua total destruição?; As pessoas que foram enterradas naquele Cemitério todas possuíam relações com o Movimento, ou nem todas?; Como é possível ver esse acontecido hoje; quais são as lembranças que ficaram daquela época; Imaginário Social?; Hoje poder-se-ia preservar aquele local como símbolo de patrimônio histórico?; Deixe seu parecer pessoal.* É importante frisar que, nem todas as perguntas foram respondidas de maneira clara e objetiva, a grande maioria dos entrevistados, por exemplo, não conhecia a figura de Gaudêncio dos Santos, contrapondo a isto, os Jornais, que dão voz à Gaudêncio dos Santos. Desta maneira, o conjunto total das

perguntas contempla pontos positivos e nem tão positivos, entretanto, é possível compreender o ponto chave e central deste estudo.

Escolhendo, assim, alguns dos principais estudiosos da história do Grande Erechim, que já citaram por diversas vezes a figura principal do personagem associado com o movimento armado, como se pode observar já nas primeiras obras que desenham a configuração da história do município, o assunto Gaudêncio dos Santos, seguido de seu assassinato que repercutiu em quase todo o Estado, é muito presente. Da mesma forma, os Movimentos Revolucionários de 1923 e 1924, se fazem presentes nas fontes acima citadas.

No ano de 1936, João Frainer publica o *Álbum do Município de Erechim*, dando ressalva a colonização de Erechim e todo o processo histórico da Emancipação. Frainer foi o primeiro a escrever sobre Gaudêncio dos Santos, juntamente com o movimento revolucionário das tropas que atuaram no Alto Uruguai. O Movimento Revolucionário de 1923 logo interrompeu a formação e a organização do Governo Municipal do Cel. Celestino Franco. Franco concordou em exercer a função de vice intendente do Município. Na época, em 29 de Fevereiro de 1920, Frainer destaca,

[...] foi realizada a primeira eleição municipal, sendo eleitos o dr. Amado Fagundes, como intendente; e os srs. Atilano Machado, Pedro Pinto de Souza, Matias Lorenzon, Artur Pereira, José Bonardo, Albano Albino Stumpf e Antonio Rosa, conselheiros municipais, a 29 de Março do mesmo ano. Convidado, aceitou o cargo de vice intendente do Município, o Cel Celestino Franco. (FRAINER, 1936, p.17)

Contudo, naquele período houvera a interrupção do cargo no Governo Municipal pelos movimentos revolucionários de 1923, o que acabou não assinalando progresso algum. João Frainer destaca que, no momento em que as forças revolucionárias se aproximavam, Celestino Franco foi forçado a abandonar o cargo de vice intendente, sendo assim, Marcino Castilhos assume o cargo de governante. Diante de um cenário de medo e insegurança, o Governo do Estado logo se prontifica para resolver tal situação. Assim fazendo, as tropas revolucionárias tiveram de deixar a vila e é empossado novo cap. Estevão Tabacinski, que na época era comissário do povoado Floresta. Frainer, já citado, recorda ainda que, “Reassumindo a direção da Comuna, o Cel. Celestino Franco, dado o ambiente de insegurança, teve dias de natural dubiedade, nada empreendendo a favor da coletividade”. (FRAINER, 1936, p. 29).

Parecia que a vila ia começar a viver dias de paz e tranquilidade, mas não naquele período ainda, mesmo porque, a vila estava ante a intimidação das forças do veterano Maragato Gal Felipe Neri Portinho, que no dia 12 de Março, reestabeleceu o cerco, impondo a

imediate retirada do Intendente e demais funcionários municipais para Passo Fundo, ocasionando uma desorientação muito grande no município. Nas palavras de Menegatti e Carraro,

As autoridades municipais fugiram de trem para Passo Fundo, levando caixas de livros e documentos da Prefeitura, que por sinal não devem ter voltado, eis que no Arquivo Público Municipal nota-se a falta de documentos do início da Revolução. (MENEGATTI; CARRARO, 2003, p.19).

Frainer ainda destaca que, “A fim de normalizar a situação, o Gal Felipe Portinho resolveu nomear o Cap. Temistocles Celso Oshoa, governador do município efetuando-se a posse em 12 de Abril do mesmo ano [...]”. (FRAINER, 1936, p. 29). Vale ressaltar, que o administrador será responsável por recompor a ordem no município. Ainda nas palavras de Frainer, “[...]o domínio revolucionário do município, caracterizou-se por um alto espírito de ordem e segurança pública, esmerando-se o Administrador para que todos tivessem a plena garantia de seus direitos”. (FRAINER, 1936, p.30). É fora de dúvida que o regime revolucionário influenciou e muito no progresso da Colônia, pois, que se registram paralisações em quase todas, senão todas, atividades econômicas da região, uma vez que, ninguém por insegurança e medo ousaria desobedecer os revolucionários.

É importante destacar que antes mesmo de ser fixado o Tratado de Pedras Altas, em 14 de Dezembro de 1923, onde possuía como objetivo principal por fim a luta armada, com benefício para ambos os lados, “[...] os Borgistas, por continuar o dr. Borges de Medeiros, no poder; os assististas, por conseguirem rasgar da carta de 14 de Julho, o seu ponto capital, o da reeleição do presidente do Estado e de intendentes municipais e tornando elegível o cargo de vice-presidente e vice intendentes” (FRAINER, 1936, p. 30). Erechim desfrutou de um novo intendente provisório, o Cel. Renato Pereira Gomes, que assumiu em 24 de Setembro de 1923. Antônio Ducatti Neto, que escreve no mesmo sentido de João Frainer, em 1981, destaca, “O Governo do Cel. Pedro Pinto de Souza, que se anunciava obreiro da paz e da prosperidade, teve o seu curso normal interrompido por movimentos sediciosos, chefiados pelos caudilhos Gaudêncio dos Santos e João Inácio” (NETO, 1981, p. 130). Entretanto, nem sob essas circunstâncias deixou de executar algumas ‘boas obras’, Neto ainda destaca, “[...] a administração Pinto de Souza salientou-se por empreendimentos de utilidade [...], pode-se destacar a criação de alguns distritos, a criação de alguns cargos públicos, construção de pontes, mas o grande feito foi a iniciativa da construção da Usina Termo-Elétrica, em 30 de Junho de 1926.

Inicialmente, o estopim dos acontecimentos se estabelece com o assalto à cadeia civil da vila, já em 5 Novembro de 1924. Nas palavras de João Frainer,

Encontravam-se preso, para responder a processo, Heraclides Pinto, filho do revolucionário Favorino Mariano Pinto. Este, acompanhado de Clodoardo Baretto Muniz, a fim de não ver o filho comparecer à barra do Tribunal do Juri, assaltou na data acima, a cadeia civil local, dando liberdade ao detido. Índícios veementes, asseguram a participação da guarda do xadrez ‘que aderiu à causa levando armas e munições de que era depositária. (FRAINER, 1936, p. 31).

No momento em que se deu o ocorrido, o Cel. Pedro Pinto de Souza encontrava-se em Porto Alegre, imediatamente sabendo dos fatos, a ele coube demandar resguardo do Governo do Estado. Assim fazendo, o Governo envia uma equipe do 6º C.A. em Boa Vista, entretanto essa força estava de regresso do Norte, dificultando a rápida solução do caso. “Dada, porém, a incerteza da demora daquela força, a Executiva alvitrou ao Governo Estadual a criação de um corpo provisório, sendo a sugestão aceita e criado o 24º C.A., em 19 de novembro do mesmo ano, sob o comando do Tte. Cel. Antonio de Azambuja Vilanova Neto” (FRAINER, 1936, p.31). O fiscal responsável para cuidar do caso foi Renato Pereira Gomes. Essa alternativa da criação do 24º C.A. obviamente foi apenas uma válvula de escape para a formação de um sistema temporário, mas tais preocupações reivindicavam o momento escuro que se vivia no município, e todo esse cenário não pode ser totalmente resolvido com o tratado de Pedras Altas. O vento da Revolução e dos movimentos que repercutiram no Alto Uruguai ainda era muito intenso.

A partir desse momento, é que surge a figura de Gaudêncio dos Santos, líder Maragato. Luiz Benjamim Busatto, em *Meu Erechim Cinquentão*, elenca,

Gaudêncio era de estatura reforçada, amorenado, com barba pouca e rala, cabelo preto, liso. Devia ser descendente da nossa indiada charrua. Olhar vivo, esperto, sempre desconfiado, enxergando tudo, possuía visão fulminante do que se passava ao redor. Num golpe de vista penetrava no fundo da alma de quem se aproximasse. Sabia qualquer coisa de escrita e contas. E era inteligente. Não era de índole má. Não tolerava absolutamente o crime, nem a injustiça. Um buenacho enérgico. Sabia mandar e determinar. O ótimo serviço de patrulha de observação nos pontos mais indicados prova a capacidade de comando. Seu braço direito era Laudelino, irmão mais novo, solteiro. Mais delgado, de movimentos rapidíssimos, audaz e calmo ao mesmo tempo. (Busatto, 1968, p. 21)

A partir dos apontamentos de Luiz Benjamim Busatto é que se tem alguma descrição sobre o personagem Gaudêncio dos Santos. Antônio Ducatti Neto ressalta, “Retrato de Gaudêncio: estatura reforçada, amorenado, pouca barba, cabelo preto e liso (descendente de

índio charrua), olhar vivo, esperto, desconfiado e muito inteligente” (NETO, 1981, p.134). Considerando o ano dos escritos, pode-se afirmar que Antônio Ducatti Neto se orienta nas escritas de Padre Benjamim Busatto. É possível identificar Gaudêncio como homem ‘esperto’, e de fato, para que ele pudesse se proteger da procura dos adeptos de Borges de Medeiros, decide não transferir as armas em seu poder, avançando em direção a Região de Sarandi, município de Passo Fundo. Entretanto, sentia-se continuamente ameaçado, ora, estando pois com armas e no auge de um período revolucionário, seu propósito de paz não era visto pelos opositores. Neste caso, ele segue seu percurso se deslocando para Quatro Irmãos. Frainer destaca que, “sabendo-lhe do paradeiro, o legalista Paulo Amaro surpreende-o no acampamento, mas foi-se mal da empresa, pois Gaudêncio defendeu-se matando três ou quatro dos assaltantes. Isto já em 1925”. (FRAINER, 1936, p. 31). Ao que tudo indica, até o momento em que Gaudêncio manteve-se em Sarandi, nada fez contra ninguém, entretanto, possuir armas era sinônimo de ameaça e de não estar em conformidade com a lei.

Com o intuito de ver a paz se estabelecer sobre a região, o Dr. Amintas Maciel, prefeito do município solicita ao Tte. Coronel, o Dr. Artur Otaviano Travassos Alves do 24º C.A. para que haja uma conversa com Gaudêncio dos Santos, para que a normalidade pudesse voltar a reinar na região. Com este propósito, eles seguem para o acampamento de Gaudêncio dos Santos. Frainer aponta, “[...] e lá palestraram demoradamente com o mesmo Gaudêncio e o progenitor dele, conseguindo depusessem as armas”. (FRAINER, 1936, p.32). Segundo Antonio Ducatti Neto, “Pelo acordo então firmado com o chefe rebelde, o Governo do Estado comprometeu-se a dar ao grupo de Gaudêncio dos Santos uma gleba de terras na região de Tapir para lá se estabelecerem e trabalharem”. (NETO, 1981, p.133). Naturalmente, a situação parecia quase normalizada. Porém, os generais Zeca Neto e Honório Lemes, no sul do Estado pegam em armas para corroborar com o movimento armado contra o Presidente da República. Frainer, já citado, recorda ainda que,

Para conseguir sublevar a nossa região, para cá é destacado o Tte. Cel. João Cony, o qual, imediatamente tratou de entender-se com o Cel. Raul Barbosa e com Gaudêncio dos Santos, afim de estes acompanharem a revolução. Tanto o Cel. Raul Barbosa como Gaudêncio dos Santos recusaram terminantemente aderir ao movimento. João Cony retirou-se para Passo Fundo, aconselhando aos Paulas _ o grupo que o acompanhara _ a se dissolverem. Contrariando os desejos do Cel. João Cony, os Paulas iniciam excursões sediciosas pelo município, invadindo Lageado Grande e Paulo Bento[...] afim de fugir à ação do Governo, que não tardaria enfrenta-los, os Paulos embrenharam-se no Tapir, obrigando Gaudêncio dos Santos a secundá-los. (FRAINER, 1936, p. 32)

Com base nestes apontamentos feitos pelos estudiosos que analisaram esse período, em nossa região, nota-se que o avançar da revolução e da passagem de Maragatos e Chimangos na região do Tapir, estaria atrelada a figura de Gaudêncio dos Santos, líder maragato. O Jornal de Notícias de Porto Alegre, no ano de 1927, aponta de maneira breve, os antecedentes de Gaudêncio dos Santos, como revolucionário,

Tomou parte do movimento de 1923, ao lado de Felipe Portinho, em cujas forças commandou um destacamento. Quando, em 1924, se verificou o levante de forças militares na região missioneira, correu em Boa Vista de Erechim que Gaudêncio ensaiava ali também um movimento revolucionário. [...] Em Janeiro de 1927 houve um novo movimento tendo os revolucionários feito reducto em Tapyr, onde Gaudêncio organizou séria resistência as forças do governo, que se compunham de três corpos auxiliares, chegando mais tarde a Tapyr o general Monteiro Barros, afim de dirigir as operações militares. (JORNAL BOA VISTA DE ERECHIM, Porto Alegre, 1927, nº 35).

Facilmente se presume que, Gaudêncio atuou sim no Tapir, em enfrentamentos com as forças do governo, ocasionando medo à população que lá habitava, com repercussão por todo o Estado.

4.2 RELATO DOS JORNAIS

A figura de Gaudêncio dos Santos também é apresentada nos Jornais, com frequência, inclusive seu assassinato, que ganha grande destaque nas Manchetes do Jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, no ano de 1927. As primeiras notícias totalizam quatro revolucionários, sendo Gaudêncio dos Santos, seu irmão Laudelino e mais dois companheiros. A primeira informação encontrada trata-se de “Grave Ocorrência em Erechim”, a informação atenta para o fato de que se constata o assassinato do coronel Gaudêncio dos Santos, no momento em que ele iria se apresentar às autoridades. Em uma segunda manchete é possível identificar a seguinte notícia, “Pelo Sossego do Rio Grande – Não se apagou, ainda, a impressão causada pelos atentados sangrentos, que, há algumas semanas, tanto emocionaram a opinião pública rio-grandense”. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, nº 28). O jornal conta em detalhes como se deram os fatos. “Um ex-chefe revolucionário, o coronel Gaudêncio dos Santos, quando ia apresentar-se às autoridades foi morto por uma escolta do 30º corpo auxiliar, com um irmão, um filho de criação e outro homem que o acompanhava”. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, nº28). O jornal trata esta ‘obra de extermínio’, como algo irreparável e violento. Nota-se em seguida a indignação frente a não garantia a um coronel ex-chefe revolucionário, que na sua inocência foi se apresentar às autoridades. O

caso, sem dúvida nenhuma, foi anúncio em todo o Estado Rio-Grandense, ao se tratar da brutalidade do assassinato do coronel, e que aos poucos foi sendo acobertado pelas autoridades. Ao se falar em sossego do Rio Grande, a notícia ainda destaca, “Precisamos, pois, *oppôr* em nome do *socego* do Rio Grande, do seu futuro e da sua *pas*, uma fortíssima barreira à repetição de *taes* crimes”. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, nº 29.) O caso emociona, também em relação ao número de vítimas.

Em uma nova seção, o Jornal aborda de maneira mais sucinta o “Crime de Erechim”, informando ao leitor a data do acontecido, o local, e elencando 5 o número de vítimas, não quatro como ressaltou o número anterior. Fora no dia 26 de Março de 1927, em Tres Cerros, nas proximidades do Tapir, onde lá se encontrava com seus companheiros. O Jornal traz elementos que condizem com os escritos dos estudiosos elencados anteriormente, quando afirma,

Quando foi das negociações: entre o tenente-coronel Travassos Alves, então comandante do sub-sector, e Gaudêncio dos Santos, este comprometeu-se a não mais pegar em armas contra o governo, recebendo, como recompensa, terras para serem povoadas. Gaudêncio começou a povoar as collonias que lhe haviam sido cedidas, porém logo em seguida elementos do 30º ou a elle ligados, começaram a provocar distúrbios em Tapyr com o intuito de demonstrar ao Governo que Gaudêncio continuava em armas, rompendo assim, o pacto que fizera. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 1927, nº 33)

Gaudêncio, já se sentindo oprimido diante de fatos embaraçosos, resolve pegar em armas outra vez, para depois, mais tarde fomentar um acordo com o 6º corpo auxiliar. De acordo, com as notícias, Gaudêncio manda seu filho de nome João, solicitar ao 6º Corpo Auxiliar, uma garantia para que pudesse se apresentar em dia, hora e local marcado, a fim de entregar as armas ao Governo, e também para circular livremente na zona militar, uma vez que, estes iriam depor as armas. Parece que tudo ia se encaminhando para o seu curso normal, no entanto, neste meio tempo, o 6º Corpo Auxiliar, teve de se recolher para Passo Fundo, ficando aqui em Boa Vista do Erechim, apenas o 30º C.A. Mal sabiam, Gaudêncio e seus companheiros o que estava por vir, a brutalidade ganhava espaço outra vez. O Jornal Diário de Notícias elenca os elementos do assassinato de Gaudêncio e seus companheiros, da seguinte forma,

Iam Gaudêncio e sua gente de confiança pela estrada de Boa Vista com o fim de se apresentar quando foram surpreendidos no *logar* denominado Lageado do Laço por uma patrulha do 30º corpo auxiliar, comandado pelo *official* Manoel Patrício. Foram aí todos presos e, depois de lhes serem tirados os *revolvers*, únicas armas que

possuíam, foram amarrados aos *caballos* e, então interrogados. Perguntaram a Gaudêncio onde estava sua família. O ex-chefe revolucionário respondeu que estavam em Vaca Branca, mas que fossem busca-la com cautela[...] Ouvindo isso, o comandante da patrulha mandou que Gaudêncio e seus companheiros, amarrados como estavam aos *caballos*, se afastassem um pouco, no que foi obedecido. Em seguida o piquete *extendeu* linha e preparou as armas para o fuzilamento: Em face dessa *attitude* da força, Gaudêncio gritou: Não me façam isso: estou garantindo por um passaporte do 6°. (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 1927, nº 33)

Em um ato de covardia e muita brutalidade, frente o comentário de Gaudêncio, o 30º Corpo Auxiliar, respondeu em tom maior, “[...] assim como o *commandante* do 6º lhe inspirava confiança, *elles* do 30º, iam dar-lhe uma lição. Após, a força “ descarregou todas as suas armas contra os homens *indefezos*, amarrados aos *caballos*. Os corpos ficaram crivados de balas, sendo deixados abandonados na estrada”. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 1927, nº 31). Antônio Ducatti Neto, fez as seguintes considerações a respeito da morte de Gaudêncio dos Santos, destacando que, “ O caboclo cumpriu a sua palavra e veio para entregar as armas a um piquete governista. [...] Gaudêncio, Laudelino e mais dois companheiros foram manietados e levados até a margem do rio Liso. [...] Era o dia 25.5.1927. Comandou o fuzilamento o tenente Manoel Patrício”. (NETO, 1981, p. 135). Na citação de Neto, se tem elementos um tanto quanto distintos das notícias elencadas até o presente momento, o ano do assassinato de Gaudêncio dos Santos, por exemplo. O Padre Benjamim Busatto, ressalta trazendo elementos novos para o número de vítimas assassinadas, dizendo,

Gaudêncio e Laudelino foram manietados e levados até a margem do Liso. Lá depois de amarrados a um tronco e depois que Gaudêncio manifestou sua revolta, foram os dois metralhados. Ou melhor tiveram as cabeças decepadas de tanto tiro dado. Meses depois *este* sacristão foi ver o lugar e ainda encontrou o chapéu de Gaudêncio no chão. Foi assim que terminou a revolta no Tapir, mais tarde seguida de outra. Esta de João Inácio. (BUSATTO, 1968, p. (?)

Estamos diante de uma revolução que afetou o estado rio-grandense e acentuadamente a região norte do Estado. Esta Revolução foi feita com cavalos. Ainda não se vivencia o momento da industrialização, dos armamentos sofisticados como viu-se na Primeira e ver-se-á na Segunda Guerra Mundial. Os armamentos ainda eram de pequeno porte, porém, capazes de gerar grandes destruições.

O Jornal Diário de Notícias, em 31 de Março de 1927, publica um Telegrama da Aliança Libertadora aos Srs. Presidentes do Estado e chefe de Polícia a respeito da morte de Gaudêncio dos Santos e mais quatro companheiros, solicitando um pedido de abertura do Inquérito Policial, associada ao sentimento de humanidade e também a fim de estabelecer a

ordem no município, trazendo consigo paz e tranquilidade. Entretanto, a Aliança Libertadora deixa claro em seu telegrama, que executa esse pedido em virtude da ordem do município, e “não pelas infelizes vítimas nossos companheiros políticos”. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 1927, nº 26). À vista disso, o Jornal procede informando os leitores sobre o assassinato de Gaudêncio dos Santos, e mais quatro companheiros. Um fato curioso é que a partir das entrevistas realizadas para compreender o desencadear da rebelião na nossa região, nenhum entrevistado afirma ter maiores conhecimentos sobre a figura de Gaudêncio, apenas relatam com maior pavor o confronto armado com a passagem de Maragatos e Chimangos, na região do Tapir, onde Gaudêncio ficou trabalhando por algum tempo. Toma-se como consideração importante, que no momento da passagem das tropas, Gaudêncio poderia sim estar já no Tapir, realizando incursões pela região, já que o Jornal Diário de Notícias apresenta que, o oficial da região decreta que, “ocupavam a região de Tapyr e Votouro em grupos numerosos, regularmente armados, não baixando o seu número de seiscentos homens”. (Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 1927, nº 32).

Ainda falando sobre Gaudêncio dos Santos, o Jornal também traz uma carta de Gaudêncio, escrita no ano dia 6 de Fevereiro de 1926 onde este especifica o pânico em que ele e seus companheiros estavam vivenciando. Gaudêncio escreve para os Coronéis Pedro Pinto de Souza, João Cancio Bastos, Theodoro Silveira e ao Dr. Amynthas Maciel, um longa carta do qual pode-se encontrar um resumo no jornal, onde Gaudêncio diz,

Sou forçado a vir a presença dos dignos amigos, por motivos que muito interessam a união e a concordia do povo de Erechim, mesmo para evitar explorações que se fazem em torno do meu obscuro nome e de humildes companheiros. Já disse uma vez quando aqui veio o dr. Amynthas Maciel, que ficávamos certos de não sermos mais perseguidos, e que a minha fôrça se ia dissolver, sem outra preocupação, de todos os seus membros, do que a volta ao trabalho e ao lar. Infelizmente, não podemos vive ainda sem alguma cautella e por isso nos conservamos mais ou menos approximados. A nossa gratidão pelo govêrno é grande, porque afinal, além das garantias que elle nos prometteu, entregou-nos terras onde pudéssemos nos entregar ao trabalho agrícola. (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 1926, nº 294)

Neste primeiro trecho da carta escrita por Gaudêncio é possível evidenciar a preocupação do ex-chefe revolucionário em preservar o seu nome e de seus companheiros, ao passo que estes estavam entregues à ameaças e humilhações. Ao citar o Dr. Amintas Maciel, o Jornal também esclarece que os coronéis Pedro Pinto de Souza, Cancio Bastos, Theodoro Silveira e o Dr. Amintas Maciel, que na época eram autoridades civis da vila de Erechim, seguiram para o Tapir a fim de atenderem a solicitação de Gaudêncio, com o intuito de

verificar algumas informações a cerca de como se comportavam Gaudêncio e sua turma. Ademais, Gaudêncio procede com informações,

Depois do acordo que, por intermédio do dr. Amynthas, fizemos com o coronel Travassos, jamais pensamos em alterar a ordem e é completamente mentira que tivéssemos dito que não respeitaríamos as autoridades, porque isso seria em prejuízo nosso, visto que teríamos de abandonar as terras que o governo nos cedeu, e nas quais temos fixado residência. (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 1926, nº 294).

O Jornal elenca que, ao retornarem as autoridades ficaram perplexas com o resultado do que viram naquela região. “O chefe revolucionário Gaudêncio dos Santos e seus companheiros estão todos entregues aos trabalhos da lavoura, tendo, naquelle mesmo dia, vendido 900 sacos de feijão que colheram”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1926, nº 301). Naturalmente, Gaudêncio e sua turma estavam se adaptando aos poucos na Região do Tapir, uma vez, que tinham recebido do governo terras para trabalhar lá, e pelos dados colhidos dos Jornais, havia um número significativo de pessoas o acompanhando, já que fora possível colher 900 sacos de feijão, uma vez que o trabalho era feito manualmente. O Jornal ainda ressalta que no difícil acesso até o Tapir, os caboclos habitantes da região, reconhecendo o esforço de Gaudêncio, solicitaram junto ao Chefe da Comissão que se apresentava no local, melhorias no acesso das estradas, para facilitar o trabalho naquela localidade, por exemplo. Ainda na carta de Gaudêncio, ele sinaliza,

Uma nova alteração da ordem só poderia sobrevir no caso de que as garantias que nos foram prometidas falhassem, o que não é de esperar. Confiamos no critério dos amigos de quem aguardamos a vinda, para proveito da ordem e da tranquilidade do povo, pedindo avisarem quatro ou cinco dias antes de virem. Do amigo creado e obrigado (a) Gaudêncio M dos Santos. (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1926, nº 294)

Gaudêncio deixa clara a confiança depositada no 6º C.A., que assim iria se cumprir se não fosse a retirada deles para Passo Fundo para dissolução, como elencado anteriormente. Tudo iria se encaixar perfeitamente, se não fosse a intervenção do 30º C.A, que não poupou na execução de Gaudêncio e seus companheiros. Essa é a versão analisada no Jornal Diário de Notícias de 1926 e 1927, onde eles trazem o assassinato do ex-chefe revolucionário com repercussão em todo o Estado, para argumentar sobre as brutalidades cometidas durante a Revolução.

4.3 AS FALAS DOS ENTREVISTADOS

Discute-se agora a relevância da temática em estudo, a partir das entrevistas realizadas. Apresenta-se a passagem e os enfrentamentos de maragatos e chimangos na nossa região, principalmente o deslocar das tropas até o Tapir. Na medida em que as tropas se aproximavam traziam consigo medo e insegurança em toda a região. A dificuldade de comunicação e a escassez da tecnologia dificultavam ainda mais a situação.

A partir de algumas entrevistas realizadas foi possível compreender aos poucos alguns elementos importantes e fundamentais para esse estudo. As pessoas recontam o que seus pais e avós comentavam, mesmo porque não foi possível encontrar memória viva para analisar o período.

A partir dos apontamentos de Jorge Eduardo Aceves Lozano, no livro *Usos e Abusos da História Oral*, é possível identificar aspectos bem próximos da realidade vivida “O estudo da oralidade veio sendo ensaiado a partir da antropologia, no âmbito da pesquisa dos processos de transmissão das tradições orais [...]”. (LOZANO, 1994, p.15). Logo, é indispensável pensar em fenômenos que consistam, por meio da oralidade, fornecer informações e até mesmo apreciações da realidade metodológica de determinados fatos e eventos.

Como é possível observar, a história oral concede de maneira clara e objetiva o desenvolvimento de análises em distintos campos, que contribuem para explorar e resgatar informações processadas e armazenadas como um instrumento de apoio para a produção do conhecimento histórico e sua conexão com a memória. Assim também, a História Oral constitui narrativas orais, que não menos, se expressam através das narrativas da memória. Logo, não se poderia esquecer das narrativas de identidade que fomentam um campo de coletividade. Isto posto, “a dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História”. (FENTRESS; WICKHAM, 1992 apud ERRANTE, 2000, p. 142).

Naturalmente, lidar com História Oral é sem dúvida, lidar com sujeitos e encaixá-los nas narrativas, nos contextos e nos elementos do objeto de pesquisa. Igualmente, deve-se saber trabalhar e compreender que por vezes a História Oral traz consigo lembranças positivas para o sujeito, como também lembranças que lhe causam angústia e dor. O uso dessa ferramenta consiste em incentivar a escrita de uma História que talvez não seja uma interpretação impecável do que realmente existiu, entretanto é possível captar o esforço em

apresentar fatos com clareza, e mais uma vez, assimilar de que maneira o passado caminha até o presente. O historiador possui como papel principal nesse momento ouvir o entrevistado, como afirma Bonazzi (1991), “em regra, o entrevistador deve, antes de mais nada, saber guardar silêncio, aprender a ouvir sem a *prioris*”. (p. 234)

Nestas condições, a partir dos apontamentos descritos acima, a representação do Tapir como um movimento armado se apresenta por meio da história oral, posto que, as análises são realizadas com mais de um entrevistado. A compreensão que se tem é de que, a região do Tapir nunca mais foi a mesma, após a passagem dos Maragatos e Chimangos, evidenciado esse elemento em todas as entrevistas realizadas, associadas com a palavra medo, insegurança, e assombros ligados aos acontecimentos do período revolucionário.

Uma primeira pergunta para a compreensão do movimento armado na região do Tapir, remete ao leitor e ao pesquisador o deslocar das tropas até a pequena região, tendo em vista o difícil acesso na localidade. Em Entrevista realizada com o historiador Pedro Giacometti, que discutiu o tema em seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: *Temidos e Indesejados: ação dos maragatos e Chimangos em Floresta no Ano de 1923*, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Das Missões Campus Erechim, no ano de 2004 ressalta,

Na verdade o Tapir ele foi escolhido exatamente por ser um refúgio onde tinha muitas matas, onde havia rios, a bifurcação de rios, aí, e que havia a dificuldade das pessoas principalmente os governistas de chegarem até lá, porque na verdade se chegassem lá eles, os próprios opositores do governo, conseguiam fazer as emboscadas, digamos assim, fechar o cerco pra poder fazer um combate, melhor combate, já que eles conheciam de fato como que eram as matas fechadas lá e os desvios que podiam levar eles a fugirem daquele local, [...] eles tinham a possibilidade de se hospedar para depois se deslocarem a outros locais, sem serem alvejados. (GIACOMETTI, 2017)

Desse modo, a partir dos apontamentos de Pedro Giacometti, é fácil a compreensão de que os Maragatos escolherem como ponto estratégico a região do Tapir, justamente pela característica da mata fechada, já que era um local bastante montanhoso. Ao perguntar sobre a localidade do Tapir na época, Marino Copetti, que ainda reside no Tapir afirma, “Aqui tava cheio de gente. Era uma família em cima da outra”. (COPETTI, 2017). Gilson Bonetti, que quando criança residiu com seus pais em Tapir, destaca,

Tinha bastante gente, uma mistura de caboclos. Tinha comércio, Luiz Pasa, Orelho Barbieri, Xico Tonqueski, Romano Bodanes, Francisco Copetti, Avelino Paliosa, e um tal de Sopa. Sete comércios. Hoje não tem mais nada. Eram comércios que ficavam mil metros um dos outros. Tinha bastante caboclo e todo mundo botou a bodeguinha deles. Só tinha cavalo na época. Os caboclos trabalhavam na roça, em

montanhas. Tinha baile de gaita. Tinha escolas onde meu pai estudou. (BONETTI, 2017)

Ao perguntar sobre o movimento armado na Região do Tapir, Valentina Bonetti destaca,

Era o tempo da revolução, quantos que matavam, dai. Uns tavam na estrada no lado de lá e outros pro lado de cá. Então dai eles atiravam um de cá outro de lá. Lá mataram quanta gente, quanta gente que mataram. Tava cheio de morto. O que matavam de gente. O meu pai avistou tudo. Era a revolução que deu. Maragato e Chimango. O falecido meu pai escapou de uma guerra lá na Itália, chegou aqui na revolução. Então tinha um samambaial perto da casa, quando ele via que vinham chegando, ele se escondia na samambaia. Eles levavam tudo que encontravam na casa, pegavam a criação e matavam e pronto. Ah era triste! Roubavam tudo. Tinha os caboclos que moravam lá, no tempo do cemitério. A matança foi feio nesse tempo. Pegavam os animais, e matavam na frente das pessoas, era tiros e tiros. Eu lembro que eu ia na escola, e parou a escola, por causa da Revolução.(VALENTINA, 2017)

Seu Arino morador do Tapir quando criança também enfatiza o modo como se procedia ao movimento, a partir das lembranças que os pais contavam,

Aquela revolução era dos Maragato e Chimango, que brigavam um contra o outro, então o que que eles faziam: pegavam e chegavam em um casa, que nem aqui, por exemplo, pediam pra eu ir junto, se eu não ia eles me matavam. Então, eles pegavam eu e levavam, quando me matavam eles pegavam minha roupa, traziam aqui e entregavam, era certo que eu já tava morto, e faziam isso aí. E lá enterravam do jeito que tava, o resto ia tudo em uma valeta, e outros eles enterravam no cemitério. (ARINO, 2017)

Bonetti ainda recorda fatos sobre o movimento armado,

Os avós contavam, que eles passavam a cavalo se encontravam gado a par da estrada eles pegavam, tinham que esconder os cavalos, porque eles pegavam os cavalos pra eles ocupar. Então o pessoal escondiam animais, e filhos no mato senão eram obrigados a ir juntos. Ai no Tapir, a tropa tava descendo, e tinha uma vaca morta amarrada, e pegaram mataram a vaca e tiraram só o coração, só pra comer o coração. Era provalecimento, banditismo. Nós trabalhava naquelas terras, e lá de vez em quando encontrava pente de bala de fuzil, bala de fuzil. A briga foi entre bastante gente. Era um lugar pra se esconder um com o outro, e tinha moro pros combates. A tal das trincheiras. (BONETTI, 2017)

Nestas condições, a região do Tapir, foi alvo da passagem das tropas dos Maragatos e Chimangos, a partir do ano de 1923. Temidos por quase toda a população, que vivia momentos de tensão e pânico, era muito difícil estabelecer uma relação de convivência harmoniosa naquele período, na medida em que ocorriam saques e furtos nas incursões pela

localidade, pelas tropas revolucionárias. As pessoas entrevistadas lembram o que os pais contavam na época da Revolução. Entretanto, o contexto político desencadeador do movimento não é enfatizado pela maioria dos entrevistados, que de fato não sabem o porquê dessa revolução, e até mesmo a chegada das tropas no Tapir. A eles, em especial cabe relembrar fatos contados do ocorrido no Tapir. O historiador Pedro Giacomet, já citado recorda ainda que, “As pessoas entrevistadas [...] não só lembram quem eram os opositores desta marcante eleição que culminou no desfecho trágico com centenas de mortes, mas acima de tudo lembram que a escolha partidária, muitas vezes, era feita involuntariamente, sem manifestação para ambas as partes”. (GIACOMEL, p. 48, 2004). Pedro, contudo teve o privilégio de entrevistar memórias vivas que lembravam perfeitamente de como se deu tal fato. Em uma entrevista realizada por ele, com o Senhor Amélio Rosa, hoje já falecido, é possível identificar de forma clara os partidos e os candidatos envolvidos na eleição, bem como as causas da revolução.

O Governador era Borges de Medeiros, do Partido Republicano; a oposição era Assis Brasil, que era do Partido Libertador e que usava lenço vermelho. O Presidente naquela época era Artur Bernardes. A revolução era pelo seguinte: corria a eleição e sempre ganhava Borges de Medeiros; então os Maragatos avançavam a revolução, alegando que subornavam. (ROSA, in GIACOMEL, p. 48, 2004)

Quando perguntou-se aos entrevistados sobre o chefe revolucionário Gaudêncio dos Santos, ninguém se recorda dessa figura. No entanto, eles elencam um homem que residia na região, e que também se destacou por ser um líder, e provocar bandoleirismo. Era o tal do Dilma do Prado. Gilson Bonetti destaca com nitidez,

Do Gaudêncio eu nunca ouvir falar, mas me lembro que meus avós contava de um tal chefe, Dilma do Prado, que morava no Tapir. Era um bandido. Banditismo. Então quando os cavalos chegavam, os homens se escondiam porque senão tinham que ir junto com eles, eles obrigava a ir junto. Matavam uma criação para comer e depois deixavam ai. (BONETTI, 2017)

Para a grande maioria dos entrevistados, o período da Revolução foi de muita desordem e medo. Harmonia e paz eram duas palavras que não existiam no Tapir, em tempos de revolução. Sedeni João Szikor, que possuía terras naquela região, lembra que seus avós contavam que, “Era uma época de muito provalhecimento. Todo mundo era perseguido por eles, e eles causavam medo. Então, a gente se escondia pra não ir junto”. (SZIKOR, 2017). As entrevistas apontam para um combate entre Maragatos e Chimangos (estes representantes da

força governista). Pedro Giacomet, já citado acima, faz uso da História Oral, e ao entrevistar o Sr. Albino, sobre o combate no Tapir, este ressalta,

Os chimangos desceram no Tapir para atacar os maragatos, só que a estrada era muito ruim. Na verdade não tinha estrada. Eles abriram duas frentes de combate e quando chegaram lá num determinado ponto começaram a brigar entre eles (chimangos). Ninguém conhecia ninguém. (GIACOMEL, 2004, p.62)

O Sr. Bonetti também destaca que, “eles se estranharam entre companheiros, ninguém sabia quem era quem, se era companheiro ou não. Então, meus avós contam que era preciso se cuidar dos dois lados, porque como nós ia saber, se era maragatos ou chimangos. Alí morreu muita gente. Foi feio”. (BONETTI, 2017).

A medida que, as tropas revolucionárias avançavam para Floresta e Tapir, o medo logo se espalhava entre as pessoas e toda a região. O próprio Giacomet, já citado, lembra ainda que, “[...] abuso e covardia também eram sinônimos das tropas maragatas”. (GIACOMEL, 2004, p. 52). Uma das entrevistas realizadas pelo historiador Pedro foi com o Sr Amélio, que recordava de detalhes importantes,

Me lembro que eles passavam ali e roubavam as coisas, levavam os animais dos colonos, as roupas, capas, tudo, comida, abusavam um ‘pouco’ da comida. [...] e depois as tropas iam mais adiante, aí num ponto, de noite, passavam uns dias por aí e depois seguiam, e nesse tempo iam nas famílias pegar vacas, palas, animais, encilhados, levavam animais dos colonos com arreio, com todo o aparelho. (GIACOMEL, 2004)

Diante desse cenário, os entrevistados a partir do que os pais e os avós contavam frisam detalhes importantes. Severino Roncato ressalta,

Eles pegavam gente pra levar junto e combater. Eles levavam os homens. Naquela época meus pais contavam que ia dormir e não sabia como seria o dia de amanhã. E se eles chegassem na casa tinha que fugir para se esconder. As famílias se escondiam no mato, todo mundo iam para o mato, para se proteger, porque eles vinham e levavam tudo. Eles matavam gado, pegavam as roupas, comidas. (RONCATO, 2016)

Como se pode observar, os Maragatos não somente trouxeram consigo a luta para tirar Borges de Medeiros do poder, mas, sobretudo pânico nos moradores da Região, juntamente com furto nas casas de alimentos e demais utensílios. No entanto, eles também necessitavam de proteção e de um lugar seguro preservando-se de possíveis confrontos. Este último lance é

destacado na entrevista realizada por Giacomel, no ano de 2004, onde o Seu Albino novamente destaca,

Se refugiavam lá para o Tapir. [...] esse lugar lá é antes de chegar no Rio Uruguai, um lugar péssimo, [...] não iam achar, porque eles sempre procuravam um lugar desse, porque ninguém mais podia entrar. Eles esperava aí e a pessoa que entrava neste lugar deixava o couro ali. (GIACOMEL, 2004).

Arino de Quadros, diz que, “tinha uma buraco bem grande, e quando meu pai passava por lá ele contava que ouvia gemidos de pessoas, parecia que tinha gente conversando”. (QUADROS, 2017). O mesmo sucede com objetos encontrados na região. Valentina moradora próxima das terras onde houve o confronto destaca que, “se encontrava muita bala de fuzil nas terras do Tapir, representado pela Fig. 11, e vinha gente fazer pesquisa e nós dava. O meu marido encontrou muita bala perdida por lá”. (BONETTI, 2016). Facilmente se presume, a barbárie que habitou região do Tapir, difícil mesmo é imaginar tamanha brutalidade e medo que os habitantes vivenciaram.



Figura 11 – Objeto encontrado por moradores.

Convém, no entanto, trazer outro elemento importante para essa discussão. Em entrevista realizada com o professor Ernesto Cassol, ele nos diz,

Entretanto, o que acontece é que se estabelece uma lógica da destruição. O pessoal então hoje se choca ao ver que os sujeitos chegavam e roubavam alimentos, roubavam roupas, roubavam isso, roubavam aquilo, ou destruíam. Mas eram malvados. Bom eram malvados em termos, porque, bom, quem chegasse primeiro não poderia deixar alimentos e animais para o inimigo que vinha logo atrás. Então, se o colono tivesse comida, tivesse roupa, animais, armamentos que pudessem potencialmente servir ao inimigo, bom! Era de sua lógica destruir a comida, o animal, utilizar a roupa. Ora, você vai deixar o cavalo bom para ele te alcançar? Não. Então, o colono sofre, mas é uma questão de lógica. Vou deixar um boi, uma galinha pra ele se alimentar e ter mais força para me perseguir? Não. É cruel, é sim, é muito cruel, mas trata-se de uma situação de desespero, digamos assim. Então, o que eu quero te mostrar é que não era porque o sujeito era sádico, e sim porque isso tudo faz parte da lógica da Guerra. Então as pessoas não entendiam essa lógica, e não entendendo, ou mesmo entendendo de maneira nenhuma poderia aceitar. Então para a maioria destes colonos eram todos uns bandidos, contra os quais tinham que se precaver. Tinha que enfim fazer de tudo para pelo menos salvar a vida, salvar a honra, salvar pelo menos os seus valores mais importantes. (CASSOL, 2017)

A partir dos apontamentos enumerados pelo professor Cassol é possível trabalhar com diferentes elementos que possam sustentar o raciocínio da Guerra. Eis a razão, da destruição e dos efeitos negativos que uma revolução pode trazer para toda sociedade. O pensar que o inimigo pode se reabastecer a qualquer momento, faz com que a destruição seja ponto chave para a luta de vida ou morte. É válido destacar as escritas de Leon Trotsky, em seu livro *A Moral Deles e a Nossa*. Nestas condições, o autor traz uma análise complexa que proporciona a aproximação do leitor com os distintos sentidos que a História possa apresentar. Aqui, depara-se com a moral variante entre escravo e escravizador, ora, um primeiro elemento é a violência de quem busca romper uma situação de dependência, ou seja, a escravidão. Um segundo elemento é quando o senhor passa aplicar a violência para aprisionar este sujeito na situação em que se encontra. Nesse sentido, historicamente é o papel fundamental de o historiador identificar e compreender os dois lados de um mesmo objeto. Logo, assim como não existe uma moral única, não há uma única história. Isto posto, o mal nem sempre sugere culpa, e a culpa nem sempre é má. Assim, pois, o problema dos bons e dos malvados se insere em um contexto de tempo e espaço em que estavam inseridos.

O ano de 1923 é marcado por dificuldades aos moradores da Vila Floresta e do Tapir. Na maioria dos depoimentos, o imaginário e as cenas recontadas pelos pais e pelos avós permanece na memória viva dos entrevistados. Eis, pois, que a memória é a particularidade de manter informações, permitindo ao indivíduo remodelar impressões ou informações presenciadas no passado, ou reinterpretadas no presente, sendo um fator importantíssimo

atrelado ao tempo e ao espaço. Em suma, a memória se encontra nas entrelinhas da História, misturando a leitura de documentos, com a recordação e até mesmo com a oralidade, ganhando cada vez mais espaço no campo da historiografia. Assim, sendo, a História parte de uma idealização que busca a preservação de um passado distante da perspectiva de vista social, e não menos importante, traça parâmetros em cada sujeito através da memória. Entretanto, a memória não somente trata de aspectos individuais, mas também coletivos, que se caracterizam por recordações vivenciadas pelos sujeitos ou que foram transmitidas de geração em geração, e que fazem parte da memória de uma determinada localidade ou grupo, ou seja, por meio da história oral. (MATTOS, A.L.R.; DIETRICH, A.M.)

4.4 CEMITÉRIO DO COMBATE

Questão importante na Região do Tapir e que intriga a maioria da população até hoje é a não preservação do Cemitério do Combate, único Patrimônio Histórico material decorrente da revolução de 1923 e dos conflitos do Tapir, conforme Fig. 10. Os vestígios encontrados sobre o Conflito Armado não são poucos. O Cemitério que foi considerado por muito tempo um lugar de memória, e, sobretudo, preservado por alguns anos, acabou sendo desfeito aos poucos, ocasionando revolta e tristeza. Nas palavras da Historiadora Loiva Otero Felix, em sua obra *História e Memória – A problemática da Pesquisa nos diz* “A memória liga-se à lembrança das vivências, e esta só existe quando laços efetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantém no presente”. (FELIX, 1998, p. 41-42)

Pensar em patrimônio é, sobretudo pensar em memórias, lugares, tradições e saberes, interligado com a prática de preservação de uma herança presente nos laços memoriais de determinada cultura coletiva. A construção da memória perpetua durante muitos séculos interligada com a história de determinado período, e isto influencia diretamente com a preocupação em resgatar e preservar as memórias existentes em determinado tempo e em determinado lugar, para que desta forma, seja possível explorar horizontes culturais e intelectuais, sem contar no conhecimento histórico que se encontra por detrás desses arquivos a serem resgatados. (FONSECA, Maria Cecília Londres).

O estudo de determinado Patrimônio cultural está inteiramente conectado com a cultura, que retém um sentido de propriedade, herança, memória e também de posse, desta forma, todo patrimônio seja ele material ou imaterial é também cultural. Outro aspecto importante a destacar é que a concepção de patrimonialização também está diretamente

relacionada com a questão de desenvolvimento, segundo Sandra Siqueira da Silva. Desta forma, primeiramente propõe-se a conceituar e diferenciar o patrimônio cultural material e o imaterial, bem como compreender e analisar a simbologia destes bens que são utilizados como bens simbólicos e mercadorias. A partir da análise da autora, é possível identificar as transformações das sociedades ao longo dos anos, sobretudo na maneira de pensar. Antes mesmo de se pensar em conceitos para desenvolvimento e subdesenvolvimento, criou-se o conceito de progresso, na tentativa de valorizar os aspectos da coletividade. Conforme Fig.12 representa a localização atual do cemitério.



Figura 12 – Localização Atual Conforme Coordenadas Geográficas (fonte: Google Maps)

O Cemitério local sintetiza um lugar de memória e de muitas histórias. As pessoas que se envolveram no conflito, e morreram, permaneceram por algum tempo em um Cemitério, em destaque na figura acima, e que hoje somente encontramos lavoura. A dificuldade de chegar até esse local sugere um passado repleto de desafios e obstáculos no acesso, uma vez que, estradas não existiam. No Cemitério foram enterradas muitas vítimas do confronto, impossível precisar o número, e também foram enterradas pessoas que nem sequer faziam parte do confronto, mas pelo simples fato de habitarem a região, eram sepultadas ali. Arino de Quadros que teve seu Avô, dois irmãos e duas irmãs enterrados no Cemitério destaca: “Eles enterravam os mortos da guerra nesse Cemitério. Mas tinha a minha família enterrada lá

também. Então não era só o Cemitério do Combate. Mas os meus irmãos e minhas irmãs foram tirados daquele Cemitério, mas o meu nono ficou lá. (QUADROS, 2017). Quando perguntamos ao Sr. Arino, se a família não pode intervir na destruição do Cemitério, ele afirma: “Mas tentavam, mas eles não cuidavam, alguns se interessaram para não destruir, mas não adiantou nada. As cruzes eram de ferro e de madeira. Eles podiam ter preservado, mas não preservaram.” (QUADROS, 2017).

A realidade encontrada hoje no lugar do Cemitério representa a perda de um grande patrimônio histórico. O espaço concebido de lembranças e referências de um dos conflitos cruéis da História do Rio Grande do Sul, foi desaparecendo aos poucos, e junto com ele também foi se apagando a identidade da Região do Tapir, uma Região que foi esquecida e deixada para trás. Toda memória preservada de um determinado povo está diretamente interligada com a conservação do seu patrimônio histórico, entretanto como se pode observar na Região do Tapir ocorreu o inverso. O local que desde seu início foi preservado, cercado como um sentimento de respeito e também de identidade cultural, passa a ser substituído pela lavoura. Em uma conversa realizada com os donos da terra onde se encontrava o Cemitério, Sedeni João Szikor, nos diz como se encontrava o Cemitério, no ano de 2007,

Esse lugar onde ficava o Cemitério era tudo nosso. Mas fazem alguns anos que a gente vendeu. O cemitério era tudo cercado, ele era completo. Cercado de arrame farpado. Ele era grande mais ou menos de 30 por 25 metros. Então enquanto a terra era nossa, a gente não mexeu no Cemitério. Na época nossa, nos tinha plantado grama, porque tinha um cipó que invadia o cemitério então para preservar e não deixar o cipó tomar conta, a gente plantou grama. Mas depois quando a gente vendeu a terra, o comprador destruiu e fez lavoura, começou a plantar. O Cemitério era bem cuidado. Tinha flor. Era enterrado na terra com as valas. Só que tinha gente que não era do combate. Tinha de outras pessoas, não só do combate. (SZIKOR, 2017)

A mãe de Sedeni, Tereza Kranz Szikor destaca um fato que ela recorda da sua infância com nitidez,

Junto com minha mãe tinha uma irmã que morava que tinha uma criança. Minha mãe costurava bastante. E um dia ela mandou as crianças brincarem. E as crianças convidaram uma criança da vizinha para brincar junto. E brincavam perto do rio. Mas tinha bastante pedra, e uma dessas pedras caiu na cabeça da criança. E eu me lembro que fomos levar essa criança naquele cemitério. Eu era pequena naquela época, mas me lembro. (SZIKOR, 2017)

Preservar um patrimônio cultural é parte essencial para o amadurecimento de um povo, e preservar, é cuidar da manutenção do patrimônio histórico. Sedeni, ainda lembra o cuidado que eles tiveram enquanto tinham a posse da terra, onde estava situado o Cemitério.

“Eu tinha uns 15 anos e me lembro que nós plantava grama no Cemitério. A gente sempre respeitava o Cemitério. Mas depois que a gente vendeu a terra, ele foi destruído”. (SZIKOR, 2017). A família de Sedeni forneceu os dados de quem comprou a terra e que mais tarde retirou o Cemitério para a plantação de soja. Ao tentar contatar a pessoa, esta se recusou a falar sobre o assunto. Em uma conversa com o ex-prefeito de Barão de Cotegipe, que governou de 1997 a 2004, sobre a possibilidade de ter tombado o Cemitério como Patrimônio Histórico, Luiz Carlos Tomazelli, que reside em Barão de Cotegipe, esclarece:

Onde estava o Cemitério pertence a Barão de Cotegipe. Na verdade, eu não sei exatamente, mas não foi uma coisa que teve valorização. Eu não me lembro se o pessoal começou a fazer lavoura no período que eu estava na prefeitura. Teve um colega meu que trabalhava no setor dos Esportes, ele até visitou o Cemitério mas já não havia muitas cruzes, apenas algumas. Mas não teve nenhum movimento no sentido de preservar aquele Cemitério. Quando talvez surgiu um movimento para essa preservação, que foi em 2000, já não havia muito o que fazer, pois o espaço já estava começando a dar espaço para a lavoura. Mas eu nunca estive lá no Cemitério. Até considero um tanto quanto engraçado, porque minha família morava nas proximidades do Tapir. E eu não lembro do Cemitério. (TOMAZELLI, 2017)

As poucas imagens que se têm sobre o Cemitério foram registradas pelo historiador Pedro Giacomel, no ano de 2004, de acordo com as Fig(s) 13, 14 e 15.



Figura 13 – Cemitério do Tapir



Figura 14 – Cemitério do Tapir tomado pela vegetação.



Figura 15 – Cemitério do Tapir (últimas recordações)

Sobre a destruição do Cemitério, Pedro Giacomet diz:

Na verdade, faltou de certa forma de órgãos públicos, da história e da memória de poder se preservar o Cemitério. E como de fato não houve interesse por parte dos órgãos públicos, os historiadores, que pudessem preservar o monumento, ao menos que fizessem um cercado, enfim que ficasse um legado como é o caso de Quatro Irmãos, que tem até hoje, a gente pode visitar. Não foi feito, então hoje pode-se perceber um descaso do poder público e por outro lado quem era dono da terra acabou comprando de outrem as terras, e acabou não vendo com olhar de historiador, de memória, com um olhar que pudesse servir para informações futuras de quem quisesse ir lá visitar, e que servisse também como um ponto de referência histórica para a importância das passagens dos Maragatos e Chimangos naquela região. Acho que se houvesse essa preocupação com certeza a história ganharia, a memória ganharia e acima de tudo o Município seria uma referência pra ter um local de visitação, de várias pessoas que quisessem ter uma referência das passagens das tropas. (GIACOMEL, 2017)

De fato, o Cemitério da pequena Região do Tapir deveria ter sido resguardado como Patrimônio Histórico, não somente como sinal de respeito às vítimas, mas também como a preservação da memória de um povo, uma vez que, toda memória preservada está diretamente ligada com a conservação do seu patrimônio histórico.

4.5 O IMAGINÁRIO SOCIAL DA POPULAÇÃO: LOCALIZAÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO

O fantástico mundo do ser humano é repleto de simbologias que conservam distintos significados. Alguns dos símbolos possuem diferentes significados que caracterizam esse imaginário. O mesmo sucede na repercussão do Movimento Armado de 1923 na Região do Tapir, em que tropas de Maragatos e Chimangos se deslocavam até lá de forma particularmente cruel, abalando não somente Barão de Cotegipe, referência principal dessa pesquisa, mas também a pequena Região do Tapir, de forma que toda a região vivenciou momentos de medo com a passagem das tropas pela localidade.

Eis porque seria de fundamental importância destacar neste último capítulo o aspecto relacionado com o Imaginário do Medo a partir de fatos reais. É de suma importância considerar essa variação, e estudar de maneira mais sucinta como ele foi produzido no contexto de 1923. O medo está diretamente relacionado com o imaginário. E aqui se tem o paradoxo do medo da Revolução em si, e o medo ligado a traumas psicológicos. Aqui, depara-se com o medo que se tem dos mortos mais precisamente das assombrações, se

sobrepondo ao medo que se tem dos vivos, ou seja, das ameaças “reais”. Nos apontamentos que são feitos no livro *O Monstro de Erechim*, Humberto José da Rocha, destaca que,

Para fugir, o medroso teria que ‘fugir de si próprio’, ou seja, poder inimaginavelmente deixar num lugar seu medo com uma parte de sua cabeça – onde estaria o medo imaginário – e mudar-se para outro lugar com o resto do corpo, pois, sendo o medo imaginário um produto da mente, não há para onde o amedrontado correr. (ROCHA, 2008, p. 73)

A pesquisa do Imaginário do Medo nesse estudo remete aos traumas psicológicos vivenciados durante o movimento armado, estabelecendo uma relação com o Cemitério que por alguns anos permaneceu preservado na Região. Ao se destacar hoje o conflito que ocorreu a partir de 1923 a palavra chave que ressurgiu na memória das pessoas tanto de familiares que vivenciaram aquela época e que contaram para seus filhos, como também de pessoas próximas da Região que conhecem a localidade é Medo, assombrações, e até mesmo a insegurança de visitar aquele local. Severino Roncato, ressalta,

Meu pai contava que tinha medo naquela época. Tinha um amigo dele que sempre contava estórias pra ele. Então, esse amigo dele gostava muito de pescar. Ele foi pescar uma noite e escutava rangido de dente e de cavalo, que dizia que ouvia assombração de coisas do passado. Porque naquela época eles escondiam dinheiro, e onde ficava enterrado aparecia sinal estranho. Eu nunca vi nada de assombração, mas meu pai contava que tinha bastante dessas coisas, no tempo da revolução.

Na entrevista concedida pela Senhora Tereza Rapitinski que residia com seus pais no Tapir, recorda do Cemitério e comenta alguns fatos importantes associados com o imaginário do Medo,

Eu morei no Tapir. Me lembro do Cemitério. Meu esposo lavrava perto do Cemitério e apareceu objeto, as balas de fuzil. Eu tenho ainda terra lá no Tapir. Naquela época a estrada era diferente, era só um pique. Bem difícil de andar. Eles iam nas casas e os homens tinham que ir com eles juntos. Os marido no mato e as mulher em casa. Minha mãe tirava leite com as latinhas de azeite, e quando ela tinha terminado, eles chegaram e beberam todo o leite que ela tinha tirado. A minha mãe contava tudo isso pra mim. Lá na nossa terra, matavam e enterravam em valas. Eu era criança e me lembro, que eu caminhava perto do Cemitério e ouvia barulho estranho, parecia que tinha alguém sempre me seguindo. Ouvia barulho nos pinheiros também, parecia que caía alguma coisa, mas eu olhava e não enxergava nada, então, era alma perdida, alma penada, assombração. De tanta gente que morria lá. Eu sentia isso. (RAPITINSKI, 2016)

Na fala da Dona Rapitinski os “casos” são vivenciados com nitidez, nestas condições, o imaginário do medo está presente e muito marcado na memória desses sujeitos, que recordam hoje com profunda tristeza aquele período sombrio que marcou toda a Região do

Tapir. Na tentativa de explicar esses traumas muitos autores associam a questão de que não são somente os sujeitos, mas a sociedade como um todo busca um indicativo para esse medo. Logo, o trauma desencadeado na população foi justamente pelo confronto que se sucedeu na região, juntamente com o Cemitério, que depois foi destruído e cedeu espaço a uma vasta lavoura. Desta maneira, o cotidiano dos indivíduos foi abalado de forma significativa associado com o sinônimo de medo. Pedro Giacometti destaca em entrevista que,

Muitos diziam que aquele mato, aquele rio servia como um depósito de mortos. Por ser um Depósito de cemitério. Aqueles rios, aqueles matos serviam como desova de mortos, eles também eram desviados nos penhascos. Muitos diziam que ali perto do Tapir havia um poço, onde as pessoas diziam, que depois que passavam da meia noite ou perto da noite, diziam que tinha as gaitas que tocavam, as vozes que falavam, ouviam gemidos e gritos que vinha no fundo do poço. Mas na verdade, eram as pessoas que eram jogadas lá. Eu achei muito interessante e que eu não relatei na minha monografia. Criando um imaginário de como realmente eram temidos aqueles maragatos e chimangos daquela época. Os dois eram muito temidos pela população. (GIACOMETTI, 2017)

Marino Copetti, também destaca elementos importantes ao ser questionado sobre a relação do Movimento com o Imaginário do Medo,

Isso é verdade, de 50 anos atrás onde tu olhava tinha alguma alma assombrada se apresentando. Hoje já não tem mais isso. Eu e o meu piá que agora mora lá em Bento. Um dia nós fomos arrumar uns anzol lá embaixo no rio, e lá começamos arrumar os anzol e tava querendo escurecer, de repente parecia que vinha um mato por cima ahhh, eu fiquei quieto pra não assustar o piá, ai, disse pro piá vamos embora, deixamos lá os anzol e tudo. No outro dia fui lá buscar e não tinha nada quebrado. Se ouvia gemidos e gemidos, coisa muito estranha, assombração. Um dia então eu tava voltando do namoro de cavalo. e ouvia um gemido. Pensava que era um homem bêbado. Mas não via nada, só ouvia gemido. Era assombração. Mas hoje não se vê mais isso. (COPETTI, 2016)

Esse Imaginário do Medo se manifesta fazendo uma conexão muito clara com o espaço e o período, isto é, com as dificuldades enfrentadas que começam a se manifestar no psicológico daqueles sujeitos inseridos no cotidiano da luta entre maragatos e chimangos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível analisar, na primeira parte, a Introdução do tema a ser analisado e pesquisado nesse trabalho final de Conclusão de Curso, na segunda parte o contexto histórico do Rio Grande do Sul na década de XX, juntamente com as Eleições de 1922, e o suscitador da Revolução de 1923. Na terceira parte, breves considerações sobre o contexto do Alto Uruguai, a consolidação da Colônia de Erechim, passando para a Região de Barão de Cotegipe, na época ainda conhecida como Povoado Floresta, e se deslocando até a Região do Tapir, no contexto de 1923. Na quarta parte, discorreu-se sobre o Conflito Armando entre Maragatos e Chimangos em 1923, e a passagem das tropas pela Região, juntamente com a análise dos estudiosos da época, os jornais e a análise das entrevistas. A pesquisa também se direcionou na figura do ex-chefe maragato Gaudêncio dos Santos, que se estabeleceu no Tapir, onde recebeu terras para trabalhar, junto com a repercussão do seu assassinato em todo o Estado. Em um último momento, abordou-se o Imaginário Social da Região, atrelado ao medo dos indivíduos após a Revolução.

O surgimento da Revolução entre Maragatos e Chimangos em 1923 se intensificou após um longo período de esgotamento associado com a crise do sistema político castilhista do Estado. Subordinado a essas questões, eis a razão, da consolidação da oposição, com intensa capacidade de conexão com diversos outros setores oposicionistas, interligados com a crise econômica do pós-guerra. Fica, pois, claro que, essa situação foi passo inicial para que a oposição insurgisse com armas na mão, solicitando a saída de Borges de Medeiros do sistema castilhista da presidência do Estado.

Com o intuito de situar e compreender os efeitos da passagem dos Maragatos e Chimangos pela nossa Região, a partir do ano de 1923, a pesquisa se desenvolveu dentro dos parâmetros de bibliografias, documentos e da história oral, que contribuíram de maneira significativa para que esse trabalho pudesse ser realizado dentro das expectativas solicitadas. Entretanto, na busca para a compreensão de tais fatos, a análise dos Jornais e dos Estudiosos traçaram linhas distintas das da memória analisada, o que fica evidente a necessidade de um estudo mais aprofundando sobre tais questões. Enquanto que os estudiosos da época ressaltam

a figura de Gaudêncio dos Santos atrelado com os movimentos sediciosos pela região de forma bem sucinta, os Jornais já trazem elementos mais aprofundados sobre a figura de Gaudêncio dos Santos, juntamente com a repercussão de seu assassinato, que assinalou um grande reflexo pelo Estado. As entrevistas já partem para o movimento armado da Região do Tapir, não conhecendo a figura de Gaudêncio dos Santos.

Ao adentrar no período escuro e de grande conturbação da História do Rio Grande do Sul se tem elementos capazes de identificar os objetivos de Maragatos e Chimangos. Enquanto que o primeiro se destacava pela luta em face de um governo opressivo, em luta contra uma Constituição, bem como, contra a Ditadura de Borges de Medeiros, o segundo tendia mais para o favorecimento de um governo republicano que inspirasse o positivismo, consciente pelo estabelecimento da ordem interna e a preservação da vida e da propriedade dos gaúchos.

Foi um período tumultuoso da História do Rio Grande do Sul, deixando toda a população em alerta para as tensões que habitavam a pequena Região do Tapir. Como quer que seja, as tropas maragatas em decorrência das atitudes e na velocidade que avançavam pela Região, eram tidas como tropas que se caracterizavam por bandoleiros capazes de praticar todo tipo de vandalismo a este povo indefeso. Ao considerar o ofício de 30 de Julho de 1923, remetido pelo chefe da comissão sediado em Passo Fundo à diretoria de Comissão de Terras de Boa Vista, a fim de examinar a conjuntura do município, deixa parecer claro que a ação dos maragatos acarretou danos materiais e morais em nossa região, assim sendo,

Os colonos desde Erechim até Marcelino Ramos acham-se despidos de todos os principais recursos, sendo que muitos deles já perderam tudo, não dispondo de uma galinha sequer. É uma miséria e uma desumanidade de tal jaez que se divorciam por completo dos mais superficiais deveres de fraternidade universal. E como se não bastasse isso para completar a obra de destruição a que se propuseram esses inimigos da ordem, os mesmos já asseguram a conquista de uma página negra na História futura do Rio Grande do Sul, a sua malvadez e ferocidade norteadas pelos mais repugnantes instintos tem ido até a desonra nos lares. (1923)

A partir do entendimento de como sucedia o processo do comportamento dos maragatos frente a população do Alto Uruguai, evidencia-se com nitidez que o discernimento das tropas não condizia com a proposta que abarcaria suporte a tais mudanças em um período de curto espaço de tempo, o mesmo procedia em objetivar uma luta armada que não atendesse aos critérios do contexto espaço e tempo em que estavam inseridos. Desta maneira, a população em geral desprezava a forma como desejavam a derrubada de Borges de Medeiros do Governo do Estado.

Outro ponto importante a destacar é que a Revolução foi incentivada por uma pequena parcela da classe dominante maragata, com o objetivo de dismantlar Borges de Medeiros do poder. Nesse sentido, uma possível proposta seria engajar a grande maioria do povo para que houvesse manifestação com o intuito de derrubar o PRR do poder.

A Revolução que deixou grande parcela da população com medo, e sem nenhuma garantia de proteção, produziu momentos de tristeza, pânico e traumas que até hoje são contados por todos os moradores que dizem conhecer o tal do “Combate no Tapir”. O Tapir hoje não é tão frequentado, como era antigamente. Os que vão para aquela Região é porque possuem lavoura. Afinal, quem iria se aventurar em uma Região que foi palco de sangrentos e violentos confrontos que deixou muitas vítimas soterradas na terra fresca? Em meio a natureza esbelta, no silêncio e no barulho das águas do Rio, é possível imaginar tamanho sofrimento no ambiente conhecido como Tapir? São indagações que surgiram ao longo da realização dessa pesquisa, que trata com significativa importância a Região do Tapir, sob o olhar de diferentes fontes.

Pelo simples fato de esta Região quase ser esquecida, o modo mais fascinante foi desbravar, compreender, e estruturar um confronto que não fora estudado a fundo, e nem elencado nas fontes bibliográficas e dos Jornais da época, a fim de pesquisas acadêmicas se comparado com o confronto de Quatro Irmãos, e do Desvio Giaretta, por exemplo. Desta maneira, o breve olhar voltado ao passado através da memória fomentam resquícios da identidade do indivíduo, na sua total valorização, hábitos diários, rotina, costumes e raridades através da pesquisa em narrativa testemunhal do presente, em condição perfeita para satisfazer um importantíssimo instrumento que nada mais é do que a Herança Cultural.

A aproximação com o Patrimônio também permite um ambiente de construção social. Através do Patrimônio, seja ele material ou imaterial, facilmente se presume que é provável que se estabeleça relações com indivíduos através da própria cultura. Em virtude do Patrimônio, o Cemitério analisado, representava um marco não só para a população e a região do Tapir, mas para a História de Barão de Cotegipe como um todo. É parte das políticas públicas valorizar e proteger os bens imóveis e móveis, podendo ampliar desta forma o patrimônio cultural e também a diversidade cultural. O interesse em patrimonializar determinado objeto se constrói a partir de um conjunto de motivações, bem como sua permanência e sua história, que traz consigo uma memória e uma herança cultural, social e também econômica. Ao que tudo indica, a valorização do Cemitério foi substituída pela obtenção de se adquirir cada vez mais lucro, por meio de plantações. Não cabe aqui, julgar quem poderia intervir, e nem mesmo os

autores de tal feito, o que se quer deixar claro é que o Cemitério decorrente do conflito revelaria com o passar do tempo a função social, o espaço memorial e histórico que poderia ser anexado naquela Região, propondo até mesmo um campo de visitação para estudos acadêmicos, preservado e tombado como patrimônio do Município de Barão de Cotegipe.

Arelada com a micro-história, as análises sobre o Conflito Armado permitiram a utilização de distintos instrumentos capazes de trazer preciosas informações a respeito do estudo. A aproximação das produções bibliográficas, escassas, contribuiu para a compreensão do contexto em que se inseriam naquele determinado período. Os jornais da época foram de suma importância para o conhecimento da figura de Gaudêncio dos Santos, juntamente com todo seu caminhar pela Região, seus feitos, até seu assassinato, representado como chefe maragato que conduziu sua gente para a Região do Tapir. A ferramenta testemunhal, através da História Oral, que gerou oportunidade para se conhecer como se procedeu tal fato, e o contexto histórico da Região a partir do ano de 1923, como representação simbólica para essa pesquisa, e não menos importante a investigação do Imaginário do Medo, que deu espaço para a questão atrelada com o movimento armado.

Expõe-se aqui a falta de documentos mais específicos, bem como fotos que retratem a verdadeira história do Tapir, até porque isso faria parte da proposta da história local, como um patrimônio que deveria ser arquivado para pesquisas e para retratar a história daquela Região. A impressão que se tem é que com o passar dos anos o Tapir foi sendo esquecido. Era apenas uma pequena Região que pudesse não significar tamanha valorização na época do conflito, mas que hoje almeja-se um emaranhado de fontes para um estudo mais aprofundado.

A vida em sociedade conduz uma relação direta com os indivíduos membros pertencentes a tal sociedade, acompanhada da relação social e do vínculo com a memória e a identidade nos parâmetros do campo material e imaterial. Assim, a Região do Tapir a partir do ano de 1923, com a passagem das tropas de maragatos e chimangos, e com a presença de Gaudêncio e seus companheiros, nunca mais vivenciou momentos de paz e harmonia. Hoje, mesmo após tantos anos, em meio a tal acontecimento, a localidade é centrada no confronto e na ligação com o Cemitério, retratando a simbologia da Revolução.

Ao final desse trabalho de conclusão de curso, é cabível dizer da importância de tal tema, a especificação da localidade, as várias diferenças entre as fontes estudadas, nos remetem a um estudo futuro mais aprofundado. Nessa mesma direção, os detalhes que analisam as singularidades, a originalidade e os simples espaços configurados nas dimensões da história da nossa Região, representam uma riquíssima fonte histórica de estudo para o entendimento do passado através de indivíduos que possibilitem uma fortificação do imaginário social.

5.1 TRABALHOS FUTUROS

Para a continuação e aprimoramento desta pesquisa, sugere-se os seguintes trabalhos futuros:

- Pesquisas documentais mais aprofundadas, a partir da busca pela documentação no Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro.
- Verificação da documentação sobre a Revolução de 1923 e o desenrolar da Revolução em nossa Região, no Arquivo Histórico Regional da cidade de Passo Fundo.

6 REFERÊNCIAS ORAIS

BONETTI, Gilson. **Gilson Bonetti**. Depoimento [abr.2017]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

BONETTI, Valentina. **Valentina Bonetti**. Depoimento [ago.2016]. Entrevistadora: Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

CASSOL, Ernesto. **Ernesto Cassol**. Depoimento [abr.2017]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

COPETTI, Marino. **Marino Copetti**. Depoimento [nov.2016]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

GIACOMEL, Pedro. **Pedro Giacomel**. Depoimento [abr.2017]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

QUADROS, Arino de. **Arino de Quadros**. Depoimento [out.2016]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

RAPITINSKI, Tereza. **Tereza Rapitinski**. Depoimento [ago.2016]. Entrevistadora: Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

RONCATO, Severino. **Severino Roncato**. Depoimento [ago.2016]. Entrevistadora: Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

SZIKOR, Sedeni J. **Sedeni J. Szikor**. Depoimento [abr.2017]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

SZIKOR. K. Tereza. **Tereza K. Szikor**. Depoimento [abr.2017]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017 Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

TOMAZELLI, Luiz Carlos. **Luiz Carlos Tomazelli**. Depoimento [abr.2017]. Entrevistadora Bruna Baldin. São Valentim: UFFS, 2017. Mídia. Entrevista Concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **A Revolução de 1923**: As oposições na República Velha. In. DACANAL, J.H; GONZAGA, Sergius. (Org). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.229-253.
- _____. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AVILA, Ney Eduardo Possap d'. **Degola e Degoladores no Rio Grande do Sul.1889-1930**. Porto Alegre: EDIGAL, 2012. 158 p.:il.;21cm
- BITENCOURT, Alexandra. **Barão de Cotegipe- 50 anos: um cenário de histórias**. Erechim: All Print, 2015.
- BUSATO, Benjamim Luiz. **Meu Erechim Cinquentão**. Erechim: Carraro, 1968.
- BUSATO, Benjamim. **Povoadores do antigo Grande Erechim**, Perspectiva (revista) nº 12:62/86, mar/1980, Erechim.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARON, Marcia.; TEDESCO, João Carlos. **Intrusões no Alto Uruguai Gaúcho- 1927-29**: o caso do “bando de João Inácio”. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.38, n.1, p. 161-185, jan./jun. 2012.
- CARONE, E. **A República Velha II Evolução Política (1889 – 1930) Corpo e Alma do Brasil**, São Paulo: DIFEL, 1983.
- CENZI, Agenor. **Gemellaggio**. 1.ed. São Cristóvão, 2004.
- CIMA, Sôni Mári. **Padre Busato: Um protagonista na história de Erechim (1926-1950)**. Dissertação de Mestrado de História na Universidade de Passo Fundo.
- CHIAPARINI, E.J.; SMANIOTTO, M.L.C.; FÀBRIS, N.A.; HACHMANN, R. **Erechim: Retratos do Passado-Memórias do Presente**. Erechim: Graffoluz, 2012.

- DUCATTI NETO, Antonio. **A Vida nas Colônias Italianas**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.
- DUCATTI NETO, Antonio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Grafosul, 1981.
- ERRANTE, Antoinette. **Mas afinal, a memória é de quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar**. História da Educação/ASPHE, Pelotas: Ed. da UFPel, n. 8, p. 140-174, 2000.
- FABRIS, Neivo A. **A Revolução Federalista e o Sertão do Alto Uruguai**. Revista do IHGGV: Getúlio Vargas, v.1, p.15, 1996.
- FELIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2.ed. Ver. Ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/URFGS, 1996.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. 5.ed. Porto Alegre, Globo, 1978.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Departamento Oficial do Estado, 1973.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A construção do patrimônio: perspectiva histórica. In: _____. **O Patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. P. 51-78.
- FORO, Rodrigo Dal. **O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- FRAINER, João. **Álbum do município de Erechim**. Livraria Modelo, 1936.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **O Partido Federalista**. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson. **República Velha. 1889-1930**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- GIACOMEL, Pedro. **Temidos e Indesejados: Ação dos Maragatos e Chimangos em Floresta no ano de 1923**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História da URI-Campus Erechim, 2004.
- GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e Colonização polonesa no Rio Grande do Sul. A emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

- HISTÓRICO DE ERECHIM. Projeto, coordenação e redação de Ernesto Cassol, SEP/CESE. Instituto Social Padre Berthier, Passo Fundo, 1979.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.
- ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim, tempos heroicos**. Erechim: Carraro, 1983.
- INSTITUTO Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Revista nº 28:245. Porto Alegre, 197.
- LE GOFF, J. **História das mentalidades, uma história ambígua**. In: LE GOFF, J. et NORA, P. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE MOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LEVI, Giovanni. “**Sobre a micro-história**” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MATTOS, A.L.R.; DIETRICH, A.M. **Fotografia, Memória e a Diversidade das Fontes Históricas**. Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 19-32, jan./jun., 2011.
- NORA, Pierre. **Entre memória e História – a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: USP, nº10, dezembro 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jothany. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Ledir de. **O Positivismo e o Liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **1893: A Revolução Além da Fronteira**. In: República Velha. 1889-1930. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **O Castilhismo e as outras Ideologias**. In: República Velha. 1889-1930. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- ROCHA, Humberto José da. **O “Mostro de Erechim”**: um estudo de caso sobre o imaginário do medo. Erechim, RS: ediFapes, 2008.
- SANTOS, Julio R. Quevedo; SANTO, José C. Tamanquevis. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 7.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SILVA, Sandra Siqueira da. **A Patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento**: Considerações sobre teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Aurora, [São Paulo], v.7, n7, p. 106-113, jan. 2011.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. **Método história oral de vida**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010

TASSO, Chico, pseudônimo do Pe. Benjamin Busato. **Meu Erechim Cinquentão**. Crônicas. Livraria Modelo, Erechim, 1968.

TROTSKY, Leon. **A Moral Deles e a Nossa**. Tradução: M. Resende. Edições Antídoto, 1979.

VIZENTINI, P.G.F. **O Rio Grande do Sul e a Política Nacional: as oposições civis na crise dos anos 20 e na Revolução de 30**. Porto Alegre: BRDE, 1982.

ACERVOS

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. Erechim. Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas.

PERÍODICOS – FONTES PRIMÁRIAS

A Imprensa do Rio trata do assassinato do coronel Gaudêncio dos Santos e seus companheiros. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 31, 3 abr. 1927.

EX- Revolucionários entregues a trabalhos agrícolas. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 301, 14 fev. 1926.

GRAVE Ocorrência em Erechim. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 28, 2 abr.1927.

Pelo Sossego do Rio Grande. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 29, 3 abr. 1927.

O Crime de Erechim. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 33, 8 abr. 1927.

TELEGRAMA da Aliança Libertadora aos Srs. Presidentes do Estado. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 26, 31 mar. 1927.

UMA Carta do ex-chefe revolucionário Gaudêncio dos Santos. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, nº 294, 6 abr. 1926.

